

A Ponta Do Caju

Giro de memória e esquecimento

Passeio e Passado



FICHA TÉCNICA

Programa de Prospecção Arqueológica Intensiva e Educação Patrimonial da Ligação da Ponte Rio Niterói à Linha Vermelha, RJ. A Ponta do Caju Passeio e Passado: giro de memória e esquecimento. Rucirene Miguel (Org.). Arquivos da Terra/Master Ambiental/EcoPonte/IPHAN RJ. São Paulo, [2018-2020] 2020.

1. Arqueologia, História e Sociedade.
2. Patrimônio Cultural.
3. Ponta do Caju.

RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A – ECOPONTE

Endereço: Rua Mario Neves, 1– Ilha da Conceição
Niterói – RJ CEP 24050-290

Telefone/Fax: 0800 77 76683 - www.ecoponte.com.br

RESPONSÁVEL PELOS ESTUDOS AMBIENTAIS MASTER AMBIENTAL LTDA

Avenida Higienópolis 1505 sala 701/702 - Centro

CEP: 86.060-220 – Londrina/PR

Telefone: (43) 3025-6640 Fax: 43 3025-6627

RESPONSÁVEL PELOS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS ARQUIVOS DA TERRA

Arqueóloga responsável: Ms. Rucirene Miguel

R. Ângelo Sangirardi, 149, Jardim Palmares, CEP 04457-070

São Paulo/SP. Fone: (11) 3562-2856 / 98525-1404

Coordenação Geral: Rucirene Miguel;

Coordenação de Campo: Rucirene Miguel;

Arqueólogos/Pesquisadores: Ricardo Monma;

Dr. Diogo Cardoso;

Estagiários: Ivens M. C. Pinheiro, Pablo M. S. dos Santos;

Vivian C. Peçanha;

Auxiliar de Pesquisa: Manoel A. de Araujo;

Assistente de Pesquisa: Ms. Carlos E. Levy;

Educadores Patrimoniais e Levantamento Patrimônio Histórico:

Rucirene Miguel, Dr. Diogo Cardoso, Ivens M. C. Pinheiro, Pablo M. S. dos Santos;

Revisão de Texto: Carlos Eduardo Levy, Laila Menechino, Isadora Castro Pettenucci;

Diagramação e Arte Final: Ariani Citon, Eloisa Caroline Costa, Camilly Caparelli Silva.

APRESENTAÇÃO

“Era uma região belíssima, de praias com areias branquinhas e água cristalina, onde não era rara a visão do fundo da Baía, tendo como habitantes comuns os camarões, cavalos-marinhos, sardinhas e até mesmo baleias.”

C. J. Dunlop.

Este encarte é apresentado como resultado da pesquisa arqueológica em atendimento as condicionantes do IPHAN para o licenciamento ambiental das obras da alça de acesso da Ponte Rio Niterói à linha vermelha, localizadas na Ponta do Caju, Rio de Janeiro – RJ. A área revela-se de interesse arqueológico, com bolsões de cultura material do século XIX e início do século XX.

Este material registra as pesquisas sobre o bairro, suas histórias e memórias, destacando a Casa de Banho de Dom João VI, Praia do Caju, o Cemitério São Francisco Xavier, a Santa Casa de Misericórdia, as Ruínas da Fábrica, Casa São Luiz, Arsenal de Guerra e Profeta Gentileza.

A prospecção arqueológica resgatou e evidenciou um conjunto de artefatos arqueológicos formado por louças e fragmentos. Espera-se que esse material contribua para a divulgação e a educação sobre o patrimônio nacional.

SUMÁRIO

Breve história da Ponta do Caju.....	04
Casa de Banho de Dom João VI.....	12
Cemitério São Francisco Xavier.....	15
Capela e Santa Casa de Misericórdia.....	27
Ruínas da fábrica no morro do bairro São Sebastião.....	29
Casa São Luís.....	36
Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro - AGR.....	41
Profeta Gentileza.....	56
Pesquisas Arqueológicas nas obras da Alça de Acesso da Ponte Rio Niterói à Linha Vermelha.....	61

BREVE HISTÓRIA DO CAJU

Desde as primeiras décadas do século XVIII a toponímia “Ponta do Caju” já aparece nos mapas do Rio de Janeiro^[1]. No “Plano da cidade do Rio de Janeiro” de 1770, observa-se a presença de cais e edificações pertencentes a Francisco Coelho.



Recorte do mapa de 1770 “Plano da cidade do Rio de Janeiro: situado na latitude de 22° 54’, e de longitude de 334° 53’ contados do meridiano da ilha do Ferro. / Elevado por Manoel Vieira Leao Sargento Mor Engenheiro e Governador da Fortaleza do Castelo”, com a indicação da Ponta do Caju e edificações e cais de Francisco Coelho. (Acervo Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart309970.jpg, acessado em 30/10/12).

Outra referência cartográfica da Ponta do Caju consta no “Plano do Rio de Janeiro: dedicado ao Ilmo. e Exmo. Senhor D. Rodrigo de Souza Coutinho”, de 1817.

A Quinta do Caju – como ficou conhecida no início do século XIX – compunha parte da antiga Fazenda Real de São Cristóvão, espoliada da Companhia de Jesus. Em meados do século XVIII, com a expulsão dos jesuítas, a área passa a ser de propriedade da Coroa Portuguesa.

“(...) a quinta à beira da praia do Caju (...), ao ser comprada pela Casa Real, veio a se chamar Quinta Real do Caju.”^[2]

Com a vinda da família Real da Coroa Portuguesa, a localidade passa a ser destinada aos banhos medicinais de D. João VI.



Acervo do Museu da Limpeza Urbana - Casa de Banhos de Dom João VI. Início século XX. Ainda se percebe o mar ao fundo. Fonte: <https://www.arquiva.com> Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

“A prática terapêutica do banho de mar no Brasil, mas propriamente no Rio de Janeiro, é aderida primeiramente por D. João VI na praia do Caju, local que se torna, então, no século XIX o primeiro balneário da cidade. Como o que fazia bem para o pensamento da época era o banho de sal, não de sol, essa prática vai aos poucos se espalhando pela população, mas com horários e duração prescritos pelos médicos, com roupas próprias que cobriam da cabeça aos pés as pessoas que, por sua vez, deviam evitar os horários mais ensolarados”^[3].



Ponta do Caju antes do aterramento. Fonte: <https://www.eliomar.com.br/wp-content/uploads/2017/10/praiacajuparaosite.jpg>

Nota-se que, em fins da década de 30 do Oitocentos, a Ponta do Caju já era relativamente habitada, conforme os signatários do abaixo assinado contra a instalação do Cemitério São Francisco Xavier que somam mais de 150 pessoas.

A partir da década de 1870, com a aquisição da concessão pela Companhia Ferro Carril de São Cristóvão, o Caju é servido de linhas de bonde ainda de tração animal (1875). Nessa época a região abrigava residências e chácaras das classes mais abastadas, mas a partir daí até o fim da década de 1890, a Ponta do Caju perde seu ar bucólico e de balneário para se tornar zona industrial^[4].

“No final do século XIX, já estavam ali instalados um estaleiro, duas fábricas de tecido, uma grande fábrica de vidros, uma fábrica de vagões para a estrada de ferro e a primeira marcenaria de móveis de luxo da cidade”^[5]. (Ibidem: 57).”

“Por volta de 1887 instalou no Bairro do Caju, uma fábrica de tecidos, denominada COMPANHIA FÁBRICA DE TECIDOS SÃO LÁZARO, que ficava situada na Praia de São Cristóvão e que fabricava tecidos de ponto de malha. Contigua à fábrica São Lázaro, na Praia de São Cristóvão, funcionava a Arthur Azevedo & Cia., que pertencia a Arthur Maria Teixeira de Azevedo [também proprietário da fábrica São Lázaro]”^[6].

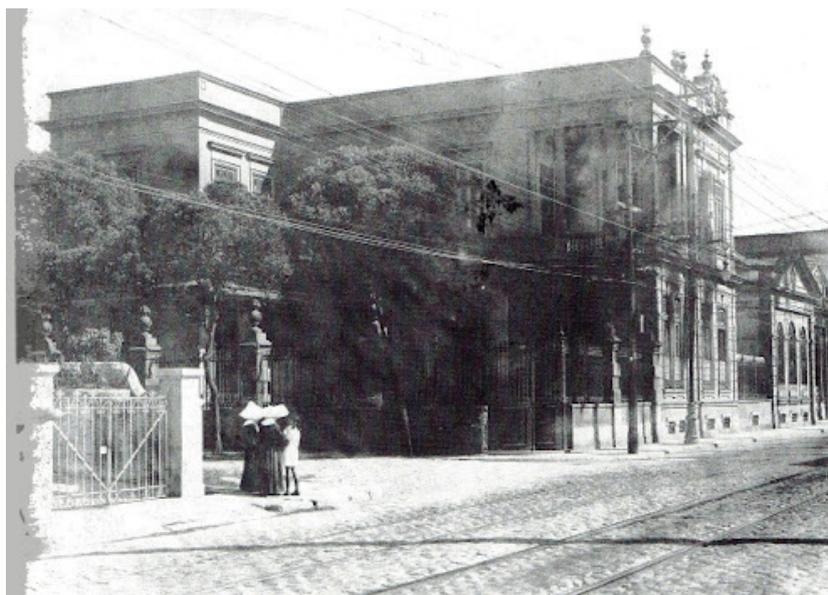
Em 1909 foi erguido o pórtico de entrada do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (AGR), tendo sido, porém, demolido em 1943, por ocasião das obras de remodelação do Arsenal, construindo-se em seu lugar o atual pavilhão administrativo.

Além de edifícios industriais, a Quinta do Caju abrigou uma Colônia de pescadores, responsáveis pela construção, no ano de 1889, de uma capela em homenagem a São Pedro, local atualmente conhecido como Retiro.

Ainda no início do século XX, em 1905, a Rio Light adquire a concessão de exploração de várias linhas de bondes na cidade, incluindo a Companhia Carril de São Cristóvão [7], que atendia ao Caju e cujo trajeto seguia pela Rua Monsenhor Manuel Gomes passando em frente ao Arsenal de Guerra. Com isso, houve a eletrificação das linhas, provavelmente, no caso do Caju, em princípios da década de 1910.

Atualmente a Rua Monsenhor Manuel Gomes está pavimentada com asfalto, sendo possível que abaixo esteja preservada a antiga conformação da dita rua.

Em fotografias da década de 1930 do Acervo do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, observa-se a Rua Monsenhor Manuel Gomes, entre o terreno da Igrejinha e o início do Arsenal, pavimentada de paralelepípedos e com os trilhos da linha do bonde. O edifício em destaque nessas imagens servia de residência ao diretor do Arsenal e persistiu na década seguinte, após o remodelamento para ampliação, quando houve a troca do pórtico principal e a substituição de outras edificações.



Fonte: Acervo CDoc AGR PM-fot 021 Visão da Rua Monsenhor Manuel Gomes, sentido norte, altura da Capela da Santa Casa, da década de 1930, observando-se o calçamento de paralelepípedos e os trilhos do bonde no leito da via. Em primeiro plano, a residência do Diretor do Arsenal.

Além da linha do bonde sobre a rua Monsenhor Manuel, uma nova linha aparece cruzando-a. Tratou-se do ramal construído na década de 1930, a partir da Estrada de Ferro Rio do Ouro, implantada para o transporte de materiais para a construção de reservatórios e do sistema de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.



Visão da Rua Monsenhor Manuel Gomes, sentido norte, altura da Capela da Santa Casa, da década de 1940, observando-se os trilhos do bonde no leito da via e, cruzando-o o ramal na década de 1930. O novo edifício construído da remodelação do Arsenal e o novo pórtico. Fonte: Acervo CDoc AGR PM-fot 019. Ao lado, pórtico do AGR antes do projeto de remodelação [Acervo AGR apud AGR, 2007].

Em 1883, a linha Rio Ouro foi aberta ao tráfego de passageiros. O ramal servia a exportação e importação de minérios através do porto do Rio de Janeiro, ligando o Porto no Caju (pátio do Arará) a Japeri, integrando-se a Linha Auxiliar, atualmente sob a concessão da MRS Logística S/A.

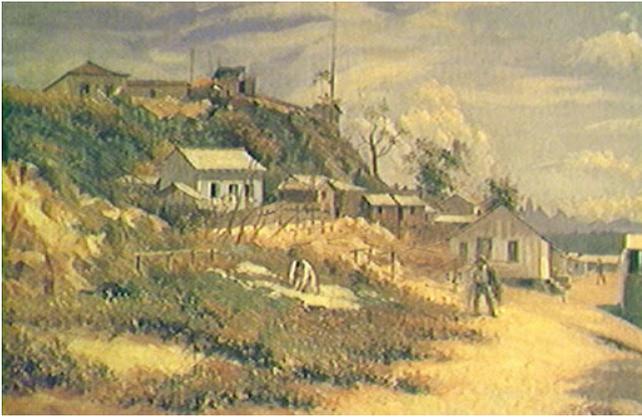
Em 1937, devido à implantação da Traineira – pequena embarcação pesqueira – a população da colônia de pescadores do Caju triplicou, dando início a primeira Colônia de Pescadores da Cidade do Rio de Janeiro.

“A maior parte da população que vive hoje no Caju é formada por pessoas vindas de lugares distantes e diversos que, progressivamente, a partir da 1950, passaram a ocupar as áreas de pouco valor econômico, bem como os aterros sanitários, manguezais e áreas de aclives. Essas áreas constituem hoje o complexo de favelas do Caju. Segundo registros do Instituto Pereira Passos (IPP), são oito as principais favelas desse complexo: a Quinta do Caju, a Ladeira dos Funcionários, Parque São Sebastião, Parque Nossa Senhora da Penha, Parque Alegria, Parque da Boa Esperança, Parque Conquista e Vila Clemente Ferreira.”

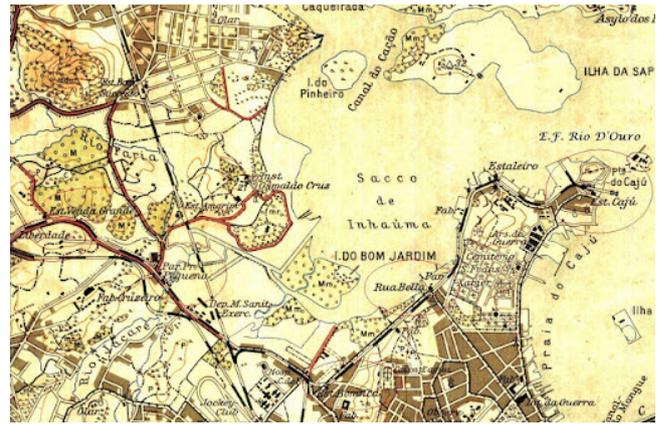
Na década de 1970, diante do processo de industrialização e, consequentemente do êxodo rural, o processo de “favelização” do bairro do Caju é intensificado.

Conforme as levas de migrantes chegavam ao Bairro Caju, esses eram absorvidos na construção civil, destinada a instalação de grandes estaleiros, como, por exemplo, na construção do Cais do Caju, denominado Cais dos Mineiros, construído sob a ponte Rio-Niterói, e sobre o aterro da Ponta do Caju. No entanto, com a crise naval, “(...) este contingente populacional ficou à margem do processo produtivo formal, aumentando a massa de desempregados ou sub-empregados do Rio de Janeiro.”

Entre as décadas de 1994 e 2004, instala-se no Caju o Programa Favela-Bairro, desenvolvido pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Esse Programa dá início ao processo de regularização dos terrenos e cadastramento dos moradores, promovendo a regularização fundiária local.



PONTA do Caju. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <https://www.encyclopedia.itaucultural.org.br/obra8509/ponta-do-caju>. Acesso em: 03 de setembro de 2021. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7



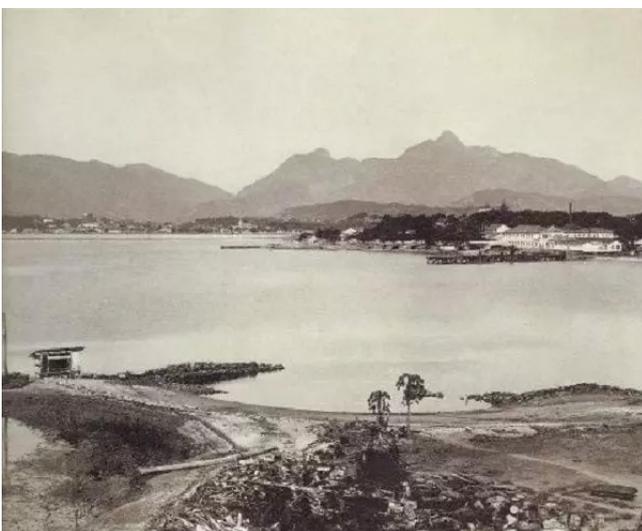
Mapa do trajeto da Estrada de Ferro Rio D'Ouro e a Estação do Caju. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_riodeouro/caju.htm



Fonte: <https://www.riomemorias.com.br>



Colônia de pescadores da Ponta do Caju. Fonte: <https://www.diariodorio.com/breve-historia-do-bairro-do-caju/>.



Praia do Caju. Fonte: <http://www.diariodorio.com>



Ponta do Caju, 1930 - HOLLAND, S. H. Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon675841/icon675841.jpg.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

[1]. “Plan de la Baye et du Port de Rio-Janeiro”, com a indicação do nome Pta. De Cayuí, no local correspondente a Ponta do Caju. (Acervo Biblioteca Nacional/Cartografia, disponível in: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart168430.jpg, acessado em 30/10/2012.

[2]. SÁ, C. O Conjunto Arquitetônico da Quinta do Caju. Rio de Janeiro. S/D. p.57. (SÁ. S/D:57).

[3]. BRANDÃO, H.C. L.; MARTINS, A .M. M. O Rio de Janeiro do Século XX: a expansão da cidade do centro para o sul. 2008. p.06. Disponível em <http://revistatempodeconquista.com.br>. Segundo BRANDÃO & MARTINS (2008:6).

[4]. SÁ, C. O Conjunto Arquitetônico da Quinta do Caju. Rio de Janeiro. S/D.

[5]. BREVE Histórico. Rio de Janeiro, 2002.

[6]. SÁ, C. O Conjunto Arquitetônico da Quinta do Caju. Rio de Janeiro. S/D. p.57. (Ibidem: 57).

[7]. RODRIGUES , H. Arsenal de Guerra do Rio: do Calabouço ao Caju. Artífice Edição Comemorativa dos 105 de Instalação no Bairro do Caju. Rio de Janeiro. Edição Comemorativa., p. 03/61. 2007, p. 24. Segundo Rodrigues (2007:24):

[8]. WEID, 2003 apud OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. Eletrificação e formação do patrimônio territorial da Light na cidade do Rio de Janeiro e no Médio Vale do Paraíba. Espaço e Economia [Online], 3 | 2013, posto online no dia 19 dezembro 2013, consultado o 22 novembro 2018. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/497>; DOI: 10.4000/espacoeconomia. 497. (Weid, 2003 apud Oliveira, 2103).

[9]. NACIF, C. L. et al. Territorialidades e Conflitos em Bairros Cariocas: Caju e Jardim Botânico. S/D. (NACIF,C. L. et al. S/D).

[10]. NACIF, C. L. et al. Territorialidades e Conflitos em Bairros Cariocas: Caju e Jardim Botânico. S/D. (Ibidem: S/D).

CASA DE BANHO DE DOM JOÃO VI

No início do século XIX, na Ponta do Caju, próximo à praia, havia uma propriedade que pertencia à família Tavares Guerra, que mantinha relações com a Família Real em Portugal, onde exercia o comércio de vinhos. Em virtude dessa antiga ligação, a casa teria sido oferecida a D. João, em 1817, como apoio para seus banhos de mar. Constituiu-se em edificação térrea, com janelas em arco abatido, telhado com beiral aparente e colunas toscanas em alvenaria.

“Como a Quinta do Caju não tinha instalações adequadas, [D. João VI]. Freqüentava nessas ocasiões a casa da família Tavares Guerra que ficava muito próxima a beira-mar e que (...) é conhecida como a Casa dos Banhos”.

Atualmente, sob a administração da Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB, abriga o Museu da Limpeza Urbana. Planejado para ser local de pesquisa, preservação e comunicação, com exposições e atividades culturais, o local encontra-se fechado para visitação.



Casa da Praia do Caju (Casa de Banhos de D. João VI) Praia do Caju, 115 F. Tombamento 20/4/1938 livro histórico, vol. 1, inscrição 17 livro Belas Artes, vol 1, inscrição 38.



Casa da Praia do Caju (Casa de Banhos de D. João VI) Praia do Caju, Visão da lateral do alpendre e colunas neoclássicas.

Praia do Caju

Escuta:
o que passou passou
e não há força
capaz de mudar isto.
Nesta tarde de férias,
disponível, podes,
se quiseres, lembrar.
Mas nada acenderá
de novo o lume que
na carne das horas se perdeu.

Ah, se perdeu!
Nas águas da piscina
se perdeu
sob as folhas da tarde
nas vozes
conversando na varanda
no riso de Marília
no vermelho guarda-sol
esquecido na calçada.

O que passou passou
e, muito embora,
voltas às velhas ruas à procura.
Aqui estão as casas, a amarela,
a branca, a de azulejo, e o sol
que nelas bate é o mesmo sol
que o Universo não mudou
nestes vinte anos.
Caminhas no passado
e no presente.
Aquela porta,
o batente de pedra,
o cimento da calçada,
até a falha do cimento.

Não sabes já
se lembras, se descobres.
E com surpresa vêes o poste,
o muro, a esquina,

o gato na janela,
em soluços quase te perguntas
onde está o menino
igual àquele
que cruza a rua agora,
franzino assim,
moreno assim.
Se tudo continua, a porta
a calçada a platibanda,
onde está o menino
que também aqui esteve?
aqui nesta calçada
se sentou?
E chegas à amurada.
O sol é quente
como era, a esta hora.
Lá embaixo
a lama fede igual,
a poça de água negra
a mesma água
o mesmo urubu pousado ao lado
a mesma lata velha que enferruja.
Entre dois braços d'água
esplende, a croa do Anil.
E na intensa claridade,
como sombra,
surge o menino
correndo sobre a areia.
É ele, sim,
gritas teu nome:
“Zeca, Zeca!”

Mas a distância é vasta
tão vasta que nenhuma
voz alcança.
O que passou passou.
Jamais acenderás de novo
o lume do tempo que apagou.

Ferreira Gullar.



RENEE LEFREVE (SP, 1910 - 1996) - "Ponta do Caju - Rio de Janeiro". Óleo em madeira. Assinado e datado 1945, cid. 33 x 25 cm.



Giovanni Battista Castagneto. (Gênova, 1851 - Rio de Janeiro, RJ, w1900). Ponta do Caju na baía do Rio de Janeiro. 25 x 45,5 cm. Proveniência: Coleção Djalma Fonseca Hermes, RJ - coleção I. O. Rosario, RJ.

CEMITÉRIO SÃO FRANCISCO XAVIER

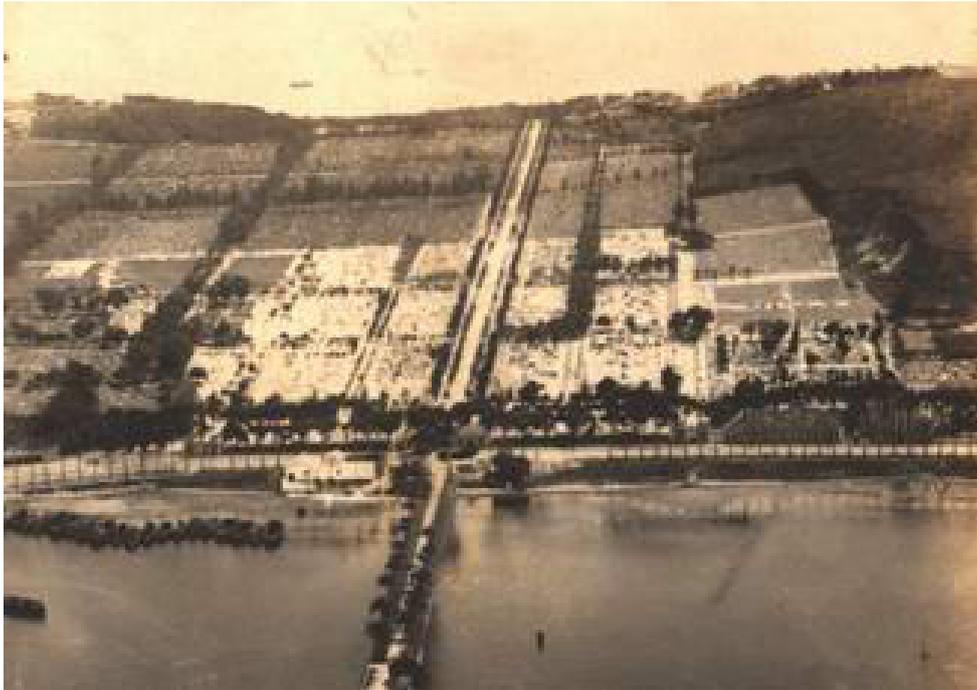
O Cemitério São Francisco Xavier teve sua origem em 1839, quando o Provedor Clemente Pereira procedeu a transferência do cemitério do Hospital da Santa Casa, situado no centro da cidade, à Rua Santa Luzia, e da Igreja da Santa Casa, para a Ponta do Caju, sendo então denominado de Campo Santo da Misericórdia na Ponta do Caju.

Documentos históricos sobre a sua instalação no Caju são encontrados no setor de manuscritos da Biblioteca Nacional. Um conjunto de três documentos data de 1939, sendo o primeiro a Licença expedida pela Câmara Municipal do Império em favor da instalação Campo Santo no Caju^[1], a pedido da Santa Casa de Misericórdia, mediante anuência da Imperial Academia de Medicina.

O segundo documento é uma petição^[2], com abaixo assinado de 115 moradores da Ponta do Caju e São Cristóvão, contrária a instalação do cemitério, alegando-se que a Santa Casa não tinha a permissão da Câmara Municipal, que afetaria o local de balneário pela insalubridade e por ofender a Vossa Majestade, que para lá se dirigia para seus banhos de mar e ainda que o local era impróprio, de terreno alagadiço e “pantanosos”.

O terceiro documento é um Ofício do Provedor da Santa Casa^[3], José Pereira Clemente, dirigido à Francisco de Paula e Albuquerque, conselheiro do Imperador, também de 1939, informou parecer desfavorável ao requerimento solicitado pelos moradores da Praia de São Cristóvão e da Ponta do Caju para que fosse impedida a Santa Casa de estabelecer o seu cemitério ali.

Conforme a petição dos moradores e o parecer de José Pereira Clemente, o local onde se instalaria o Campo Santo conformava um terreno de mangue.



Cemitério do Caju.

“O cemitério fica mais de 200 braças desviado da dita praia sobre o mangue (...) e nem ao menos pode ser visto da mesma estrada: bem pelo contrário a frente que vai levantar-se na testada do terreno sobre a mesma praia, a um jardim com que se pretende embelezar a entrada tornarão a passagem mais agradável.”

“Por último, a qualidade do terreno escolhido pela Santa Casa de Misericórdia (...) constitui impropriedade para o fim projetado. Porquanto, grande ou não a maioria (...) ser inundada e pantanôzo, em razão de (...) marés.”

Na década de 1850, saindo vitorioso da disputa com a Ordem de São Francisco de Paulo, o Provedor Clemente Pereira obteve a concessão dos serviços funerários do Governo Imperial. Assim, a Irmandade adquiriu terrenos, ampliando o Campo Santo da Ponta do Caju, que passou a se chamar Cemitério de São Francisco Xavier. Após meio século, as quadras laterais do alinhamento da rua já estavam superlotadas.

A parte mais antiga do Cemitério é marcada por jazigos importados de Portugal, distribuídos ao longo da alameda principal, posteriormente estreitada.

Entre estes, se destacam os túmulos do Barão do Rio Branco, de José Clemente Pereira, do Visconde de Rio Branco, do Barão de Japurá e do General Mallet, herói da Guerra do Paraguai.



Jazigo de José Maria da Silva Paranhos - Barão do Rio Branco, Cemitério São Francisco Xavier, Caju, Rio de Janeiro. Fonte: Arquivos da Terra.

Todavia, inicialmente o cemitério destinava-se, principalmente, ao sepultamento de indigentes e escravos, além daqueles assolados pelas inúmeras epidemias ocorridas na primeira metade do século XIX.

Pedro Nava (1974), escritor memorialista, narra em sua obra “Balão Cativo” a visita que fez ao Cemitério São Francisco Xavier, provavelmente na década de 1910, depois do aterramento do mangue defronte à Rua Monsenhor Manoel Gomes.

O relato de Nava trata das suas memórias de infância, marcadas pelas mudanças significativas na paisagem da cidade das primeiras décadas do século XX, intensificadas pelos projetos urbanísticos.

“Do outro lado (...) esperávamos o bonde Caju-Retiro. Seguíamos por ruas coloridas, cheias de gradis prateados e beirais de louça: a de São Cristóvão, a Figueira de Melo, a Rua Bela, a Conde de Leopoldina, a praia... Nesse tempo, praia mesmo. Não tinham ainda empurrado o mar para tão longe e ainda não tinham mudado seu lindo nome para Rua Monsenhor Manuel Gomes. (...) Logo depois da Igreja Bonfim vinham o Cemitério do Carmo e depois, o da Penitência. Ainda não existia entre este e o Caju o recentemente aberto Comunal Israelita, semeando estrelas-de-salomão entre as cruzes dos vizinhos.

(...) Em frente ao portão do São Francisco Xavier via-se a longa ponta aterrada mar adentro e plantada, nos dois lados, de palmeiras-imperiais. (...) Servia para o desembarque dos cadáveres de variolosos que vinham de Jurujuba, não sei bem por que, enterrar no Rio. O mar, dum azul profundo e oleoso, pesado e sem espuma, ia e vinha chapeado de ouro pelo sol da manhã. O velho mar das velhas praias de São Cristóvão e Ponta do Caju onde se banhavam Dom João e os nossos dois Pedros. Agora, cheio de saveiros de velas multicores. Saveiros com os defuntos do isolamento de Niterói – pobre lixo humano! Saveiros com o lixo que ia ser queimado na Sapucaia. Saveiros dos depósitos de madeira da vizinhança. Não sei se existe uma história dos cemitérios do Rio de Janeiro. Quase todos foram abertos depois das hecatombes da febre amarela, a partir de dezembro de 1849. O do Caju é anterior. É o mais antigo da cidade. Foi instalado em 1939 por José Clemente Pereira, numa gleba comprada a José Goulart, para enterrar os indigentes e escravos até então sepultados nos terrenos de Santa Luzia, onde se ia erguer o atual hospital da Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro. Foi chamado Campo-Santo do Caju (...) o campo-santo é ampliado e juntaram-se às terras de José Goulart as da antiga Fazenda Murundu, de Baltasar Pinto dos Reis. Em 1858 desmenbra-se o terreno que vai ser o Cemitério da Venerável Ordem Terceira do Carmo. Esta vasta área corresponde, mais ou menos, ao que é hoje limitado pela Avenida Brasil, pelas Ruas Carlos Seidl, Indústria e Monsenhor Manuel Gomes. Os aterros, em frente, fizeram desaparecer os cais da Limpeza Pública, o dos madeireiros e a ponta de terra onde desembarcavam os macabeus de Jurujuba – perante a guarda de honra das palmeiras cruzando suas folhas como espadas verdes no silêncio do funeral anônimo. O mar foi para longe e os pobres mortos deixaram de ser devorados pelos necrófagos talássicos, os siris e os guaiamuns. Passaram a ser pasto dos de terra, os tatus e as baratas.”^[4]

“(...) presente a Camara Municipal dessa cidade a representação da Mesa da Misericórdia em que pedia licença para estabelecer o cemitério da Santa Casa (...) e aos pareceres dados pela Imperial Academia de Medicina, e pelo reverendo Vigario Capitular do Bispado: a mesma camara levando muito a zelo a humanidade da actual administração da Santa Casa de Misericórdia, e conformando-se inteiramente com os mencionados pareceres resolve em sessão de hoje conceder a necessária licença para estabelecer-se o dito cemitério (...) devendo segundo o Direito Canônico vigente a determinação da constituição, que rege este Bispado murar-se o mesmo cemitério levantando nelle uma cruz, que anuncie aos fieis, que aquelle lugar sagrado he destinado para jasigo dos mortos e participar-se a Authoridade Eclesiástica Ordinaria para o mandar visitar e benzer.”

ABAIXO ASSINADO DOS SUPPLICANTES - CONTRÁRIOS A INSTALAÇÃO DO CEMITÉRIO

“ Hé evidente que o cemitério da Santa Casa de Misericórdia não pode ser estabelecido n'aquelle lugar, por estar compreendido dentro dos limites da cidade (...).

“Além da citada postura exclui aquele lugar para o fim fraternidade pela Santa Casa de Misericórdia, outras muitas considerações que dizem respeito á impropriedade do terreno e do local, e a salubridade publica, concorrem para determinar a sua negação.”

“É impróprio, porque estando próximo á praia e ao mar único caminho por onde possa passar Vossa Majestade Imperial com as (...) augustas Irmãs, o transito diário de Vossa Majestade Imperial para o banho de sua imperial quinta, o qual até agora lhe oferecia um passeio agradável, uma vez que ali se estabeleça o cemitério, ou será de todo interrompido , ou então tornar-se-há em um grande sacrifício.”

“(...) a ponta do caju como he bem publico e notório, he um dos lugares para onde afluem muitos habitantes (...) uma para restabelecimento de sua saúde e outras para gozarem ares mais livres.”

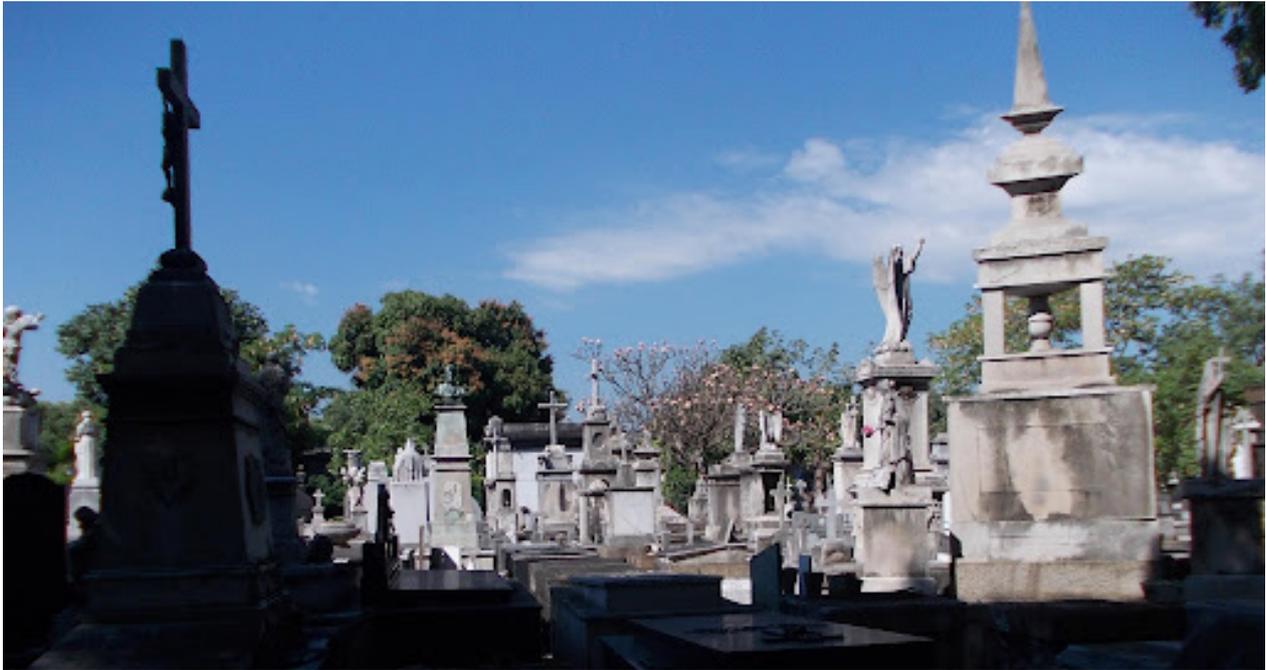
“Ora, estabelecer neste lugar um cemitério, é affugentar aos habitantes d’elle, é com o espetáculo da morte , com o triste espetáculo da destruição do gênero digo da espécie humana (...), que a ponta do Caju lhes oferecia e com avidez irão procurar por ultimo, a qualidade do terreno escolhido pela Santa Casa de Misericórdia (...) constitui impropriedade para o fim projetado. Porquanto, grande ou não a maioria (...) ser inundada e pantanôzo, em razão de (...) marés.”

“É de notar que servindo-se todos os moradores da ponta do Caju de água de poços, os moradores das dezes cazas da praia de S. Christovão cozinham e bebem da água do poço da chácara contigua ao terreno em questão. E se alio se estabelecer o cemitério, certamente que esta aproximação seria fatal a esses moradores que assim beberiam uma água pestilenta filtradas pelos cadáveres.”^[5]

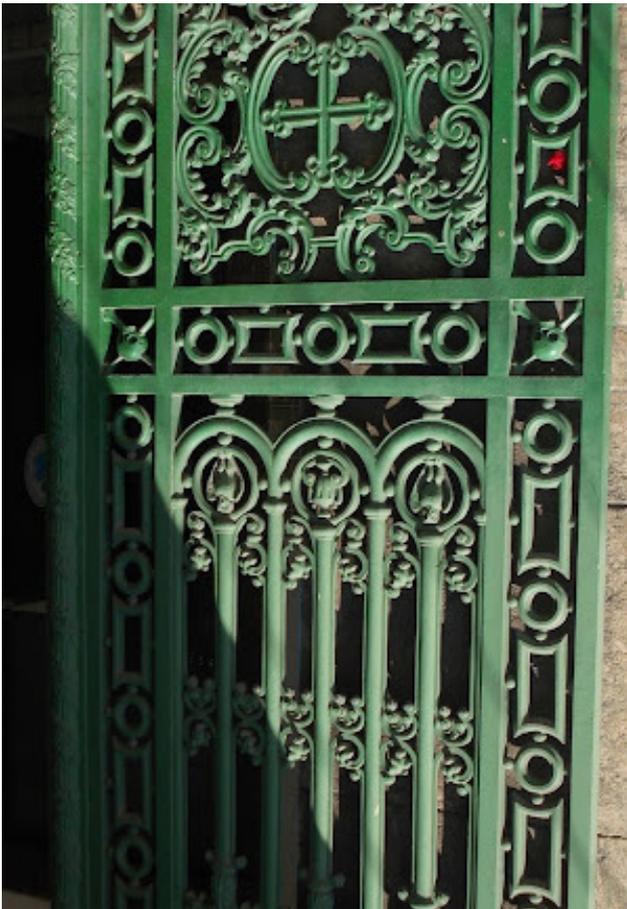
“O 1º e 2º fundamento acha-se destruído pela licença já concedida pela Camara Municipal para o estabelecimento do referido cemitério, constante da cópia inclusa, do qual consta que (...) se houve com tanta (...) no negocio, que mandou consultar a Imperial Academia de Medicina e essa procede a escrupuloso exame do terreno, por meio de uma (...) de membros que para este fim nomeou, (...) Engenheiros que observarão o mesmo terreno. (...) que pela Lei de sua criação são as camaras municipais as autoridades competentes para conhecer de negócios de semelhante natureza, inattendivel se torna a opposição dos supplicantes.”^[5]

(...) vários proprietários e moradores da praia de S. Christovão, e Santa do Cajú , quer não seja levado a effeito o projeto da (...) Santa Casa de Misericórdia de estabelecer no terreno que comprou na dita praia o Cemitério da mesma Santa Casa, pelas rasões allegadas no requerimento incluso, sobre o qual o Regente em nome do Imperador houve por bem ordenar que eu informasse interpondo a meu parecer.”^[5]

Oppoem os (...) que o cemitério não pode ser estabelecido no lugar projetado: 1º porque a Camara Municipal não foi ouvida. 2º pela impropriedade do terreno. 3º por ser o lugar contiguo a praia de S. Christovão, Por onde (...) Imperador e suas Augustas Irmãs fazem transito para a Imperial chácara da Santa do Cajú.”^[5]



Cemitério do Caju. Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Arquivos da Terra.



Iconografia em azulejo de sepulcro secundário em gaveta do muro norte do Cemitério São Francisco Xavier.

Traduzir-se

*Uma parte de mim
é todo mundo:
outra parte é ninguém:
fundo sem fundo.*

*Uma parte de mim
é multidão:
outra parte estranheza
e solidão.*

*Uma parte de mim
pesa, pondera:
outra parte
delira.*

*Uma parte de mim
almoça e janta:
outra parte
se espanta.*

*Uma parte de mim
é permanente:
outra parte
se sabe de repente.*

*Uma parte de mim
é só vertigem:
outra parte,
linguagem.*

*Traduzir uma parte
na outra parte
— que é uma questão
de vida ou morte —
será arte?*

Ferreira Gullar



Fonte: Arquivos da Terra.



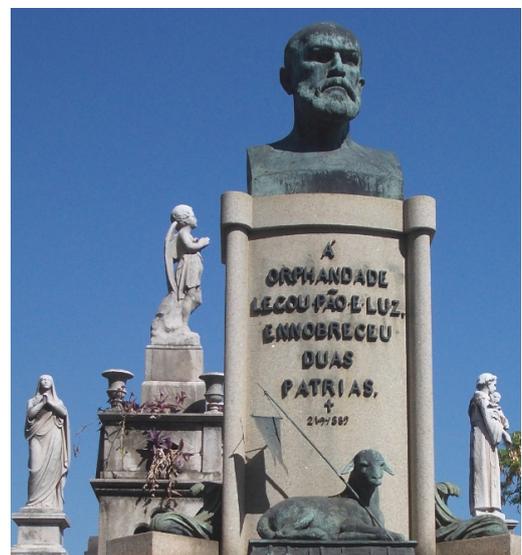
Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Alessandro Costa/Agência O Dia/02.11.2015).

É preciso amar

*Pode não voar
Pode não mudar
O que deve ser
É preciso amar
Logo amanhã
Cedo nascerá
Flores vão dizer
É preciso amar
Desse jeito, não tem jeito, como deve ser...
Não tolero, sem bolero, posso até morrer...
Flores vão dizer
Pode não mudar
Temos que entender,
É preciso amar
... um amanhã
Irei sonhar
Quase posso ver
Que é preciso
Na subida na descida
É preciso amar
Da seguro estou duro, mas sem perdoar
Não tenha medo
Não pense em ódio
Paga um e leva dois*

Tim Maia, compositor e musicista carioca, sepultado no Cemitério do Caju.



Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Arquivos da Terra.

Grande Deus

Deus, grande Deus

Meu destino, bem sei, foi traçado pelos dedos teus

Grande Deus

De joelhos aqui eu voltei para te implorar

Perdoai-me, sei que erreí um dia

Oh, perdoai-me pelo nome de Maria

Que nunca mais direi o que não devia

Eu erreí, grande Deus, mas quem é que não erra

Quando vê seu castelo cair sobre a terra?

Julguei, senhor, daquele sonho, eu jamais despertaria

Se erreí, perdoai-me, pelo amor de Maria

Deus, grande Deus

Meu destino, bem sei, foi traçado pelos dedos teus

Grande Deus

De joelhos aqui eu voltei para te implorar

Perdoai-me, sei que erreí um dia

Oh, perdoai-me pelo nome de Maria

E nunca mais direi o que não devia

Cartola, Angenor de Oliveira, compositor e musicista carioca – sepultado no Cemitério do Caju, seus restos mortais se encontram desaparecidos.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

[1]. Licença de instalação emitida pela Câmara Municipal do Império Manuscrito. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Localização: II-34,26,007.

[2]. Abaixo Assinado dos Suplicantes – Contrários a Instalação do Cemitério. 1839. Rio de Janeiro. Manuscrito. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Localização: II-34,26,007.

[3]. PEREIRA, J. C. Parecer e anexos. 1839. Rio de Janeiro. Para Francisco de Paula Almeida e Albuquerque, Rio de Janeiro. Manuscrito. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Localização: II-34,26,007.

[4]. NAVA, Pedro. Balão cativo: memórias 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 44-45.

[5]. Abaixo Assinado dos Suplicantes – Contrários a Instalação do Cemitério. 1839. Rio de Janeiro. Manuscrito. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Localização: II-34,26,007.

CAPELA E SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

A Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro foi fundada nos princípios da colonização portuguesa. Durante a direção de Clemente Pereira (1838-1854), foi instalada a antiga Enfermaria Nossa Senhora do Socorro no Caju em terreno de uma antiga chácara. É do mesmo período da mudança do Campo Santo para o Caju, bem como da Igreja da Santa Casa.

Em 1855, após um surto de epidemia de cólera, a enfermaria foi melhorada com a instalação do Hospital Nossa Senhora do Socorro. Este, porém, teve curta duração, foi fechado um ano depois.

Em 1866, o Hospital foi reaberto, o edifício na Praia de São Cristóvão, devido a novo surto epidemiológico, ficando aberto por um ano. Depois disto, o Provedor Zacharias Góes e Vasconcelos mandou construir um novo edifício, inaugurado em 1871.

Durante a administração do Barão de Cotegipe, as instalações foram melhoradas e foi executada a reforma da capela. Entretanto, em 1920, o edifício foi devastado por um incêndio. Em seu lugar foi construído o atual prédio, inaugurado em 1929. Atualmente o Hospital atende idosos.



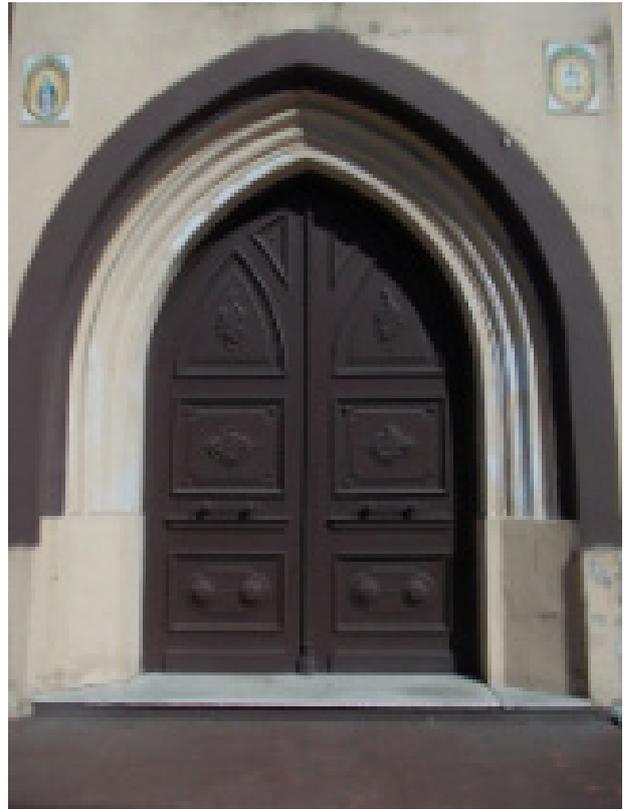
Fachada principal da Santa Casa de Misericórdia no Caju.



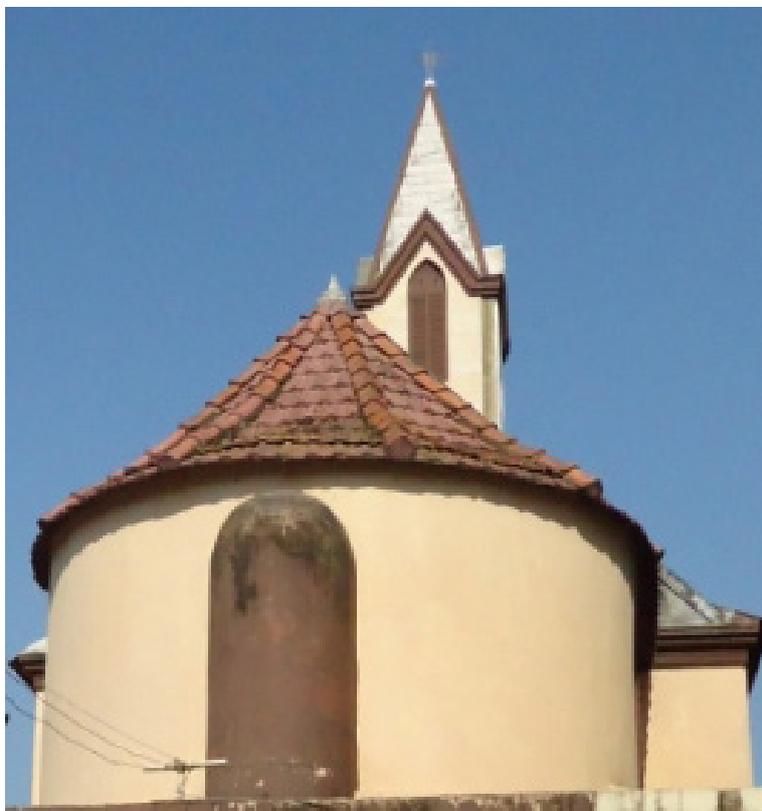
Igreja da Santa Casa.



Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Arquivos da Terra.

RUÍNAS DA FÁBRICA NO MORRO DO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO

Destacada na paisagem para quem segue pela Rua Carlos Seidl, na porção norte da Ponta do Caju, ergue-se uma chaminé de fábrica de tijolos maciços, como um solitário monólito fabril, hoje morada de urubus, remanescente da época em que o bairro abrigou inúmeras indústrias, especialmente as têxteis.

“A primeira indústria de porte localizada no Caju foi a indústria têxtil. Depois, surgiram no Caju várias fábricas, dentre as quais a Marvilis e a São Lázaro, esta última fundada em 1887, por Luiz Augusto Ferreira d’Almeida, agraciado pelo governo português com o título de Visconde Ferreira de Almeida, empresário gaúcho organizador de várias companhias, dentre as quais a Indústria de Cimento e Ferro, Indústria de Tecido de Lã da Tijuca e LithoTypographia. A Fábrica São Lázaro produzia uma grande variedade de artigos, como tecidos de ponto de malha, camisas e meias masculinas e femininas, sendo a única do gênero no Brasil, concorrendo com as similares europeias pela qualidade e baixos preços. Ao seu lado funcionava a fábrica Artur Azevedo & Cia, pertencente ao Comendador Artur Mario Teixeira de Azevedo, logo adquirida por Ferreira d’Almeida.”^[7]

O terreno exhibe também as ruínas da antiga fábrica já bastante danificadas e com vegetação de porte expressivo presente no seu interior. Situado entre as Ruas Carlos Seidl e Carmelita da Conceição e os hospitais São Sebastião e Estadual Anchieta, a estrutura histórica está sob o domínio da expansão de habitações irregulares. A chaminé, por exemplo, é utilizada por morador que construiu sua residência anexa à estrutura e esta lhe servindo de esteio.

Não foram encontradas referências sobre a identificação da fábrica, sendo provável tratar-se de uma unidade da Fábrica São Lázaro.

O apagamento da memória do bairro, com o descaso e abandono do Patrimônio Histórico edificado é um processo contínuo pela pressão imobiliária por ser zona portuária. Contudo, restam alguns terrenos que possuem alto potencial histórico-arqueológico que, sem a devida gestão pública estão fadados ao rápido desaparecimento.



Fonte: Arquivos da Terra.

Três Apitos

*Quando o apito
Da fábrica de tecidos
Vem ferir os meus ouvidos
Eu me lembro de você
Mas, você anda
Sem dúvida, bem zangada
E está interessada
Em fingir que não me vê
Você que atende ao apito
De uma chaminé de barro
Por quê não atende ao grito, tão aflito
Da buzina do meu carro?
Você, no inverno
Sem meias, vai pro trabalho
Não faz fé com agasalho
Nem no frio você crê
Mas, você é mesmo
Artigo que não se imita*

*Quando a fábrica apita
Faz reclame de você
Nos meus olhos você vê
Que eu sofro cruelmente
Com ciúmes do gerente,
impertinente
Que dá ordens a você
Sou do sereno
Poeta muito soturno
Vou virar guarda noturno
E você sabe porque
Mas, você não sabe
Que enquanto você faz
planos
Faço junto do piano
Estes versos pra você*

Noel Rosa



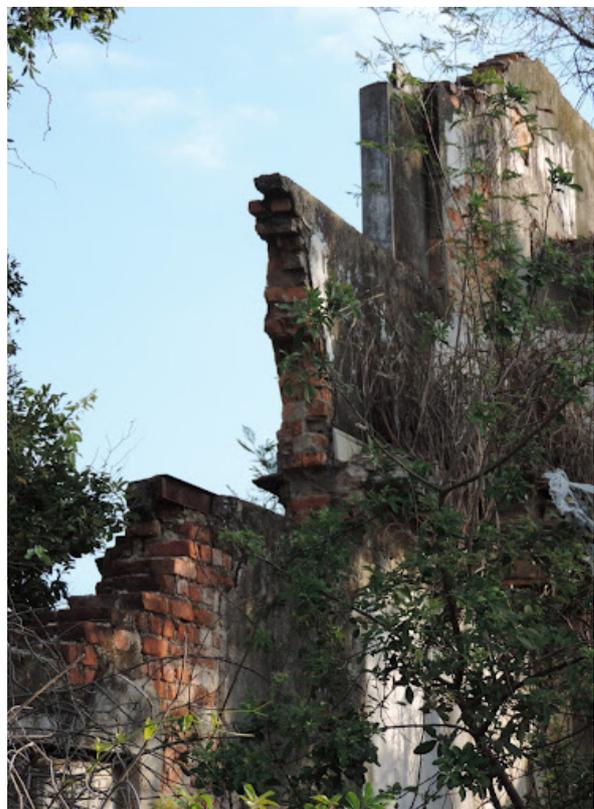
Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Arquivos da Terra.



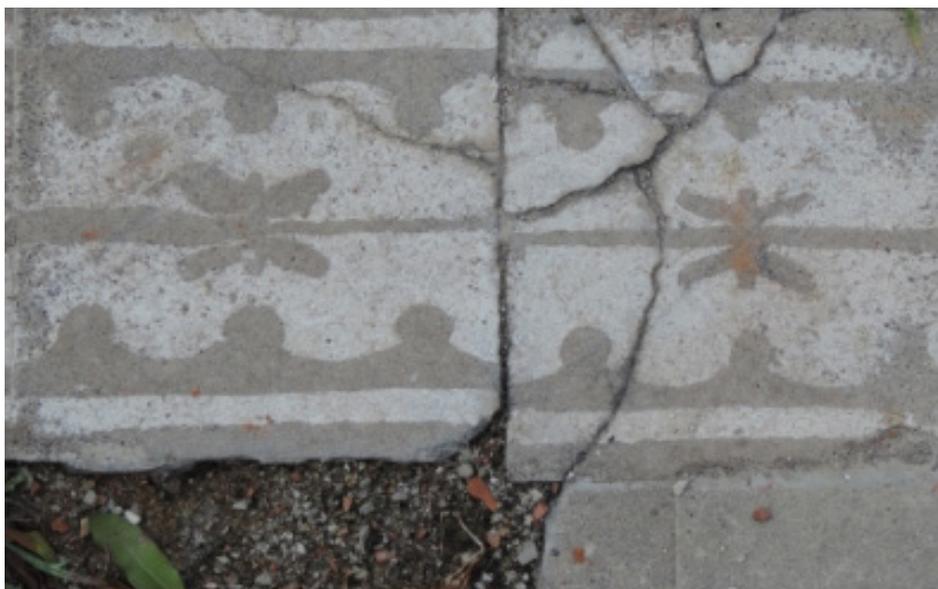
Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Arquivos da Terra.



Carta Imagem Google-Earth indicando a localização das ruínas da fábrica e da chaminé.



Fonte: Arquivos da Terra.



Fonte: Arquivos da Terra.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

[1]. BAPTISTA ALVES, Eliane. O Bairro do Caju: A Construção de uma periferia empobrecida. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2007:58.

CASA SÃO LUÍS

Na década de 1890, o então Visconde Ferreira de Almeida, “*preocupado com o futuro de seus antigos empregados da Fábrica de Tecidos São Lázaro, situada no Caju, fundou (...) a Casa São Luiz, destinada a abrigar pessoas idosas.*”^[1]

Sob a administração de Carlos Ferreira d’Almeida, em 1909 foi inaugurado o Pavilhão São Joaquim e iniciada a construção da Capela São Luiz, finalizada em 1912.^[2]



Casa São Luiz. Foto da edificação em 1929.
Acervo: Casa São Luis/Galeria de fotos.



Chafariz no Asilo São Luiz – obra de arte em ferro fundido originárias das Fundições do Val D’Osne, França.



Jardim e área de lazer entre os prédios São Luis e São Joaquim.

“O Asilo São Luiz foi a primeira instituição da cidade cuja finalidade era acolher exclusivamente a velhice. Fundado em 1890, pelo Visconde Ferreira de Almeida, era uma instituição particular.”^[3]

“Chegava ao fim o século XIX. O Rio de Janeiro era palco de uma série de transformações de ordem política e econômica: a intensa imigração, a abolição da escravatura, a proclamação da república, etc. É nesse cenário que uma nova instituição surgiria: o Asilo São Luiz para a Velhice Desamparada.”^[3]



Pátio Casa São Luiz. Acervo: Casa São Luis/ Galeria de fotos.



Altar da Capela da Casa São Luis.

“Tendo como uso institucional de assistência social de amparo aos idosos, o Asilo São Luís de 1935 situa-se no Bairro do Caju à Rua General Gurjão nº 533 e é de autoria de Paulo Camargo e Almeida. Apresentando uma solução pavilhonar, o arquiteto busca atender as necessidades e cuidados que requerem os asilados, ou seja, condições de conforto e higiene, além de ter adotado estandarização dos elementos pré-fabricados na obra. Destaque à estrutura com ‘aspecto elegante’, as quais no corredor de circulação desnudam-se os pilares, lajes e vigas” [2].

Sob o comando de Carlos Ferreira d’Almeida, em 1909 aconteceu a inauguração do Pavilhão São Joaquim e foi iniciada a obra da Capela São Luís, concluída em 1912.

A Capela São Luís foi construída em estilo *Art Nouveau* e exhibe vitrais, azulejaria e pinturas.



Casa São Luiz. Vitral do prédio Lebrão. Acervo: Casa São Luis/ Galeria de fotos.



Altar da Capela da Casa São Luis. Detalhe dos azulejos.



Obra em azulejo à São Francisco de Assis, construído em nicho imitando uma gruta. Pátio Central.



Escultura do Arcanjo São Miguel, defronte a Capela da Casa São Luís.



Altar da Capela da Casa São Luís. Detalhe de nicho de rodapé ornamentado com pintura.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

[1]. RODRIGUES, H. Arsenal de Guerra do Rio: do Calabouço ao Caju. Artífice Edição Comemorativa dos 105 de Instalação no Bairro do Caju. Rio de Janeiro. Edição Comemorativa., p. 03/61. 2007:22.

[2]. KAMBARA, Ricardo de Lorenzi; YURGEL, Marlene & BORTOLLI JUNIOR, Oreste. Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro: referências perdidas, 1930-1960. In: <https://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/049-1.pdf>, acessado em junho de 2021. P. 8 e 9.

[3]. Groisman, Daniel. Duas abordagens aos asilos de velhos: da clínica Santa Genoveva à história da institucionalização da velhice. Cadernos PAGU (13) 1999: pp.161-190. In: file:///C:/Users/User/Downloads/cadpagu_1999_13_6_GROISMAN.pdf, acessado em junho de 2021. Artigo do trabalho apresentado no GT antropologia e envelhecimento, na XXI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia em 1998. Recebido para publicação em julho de 1999.

ARSENAL DE GUERRA DO RIO DE JANEIRO - AGR

O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (AGR) e a Vila Militar São Lázaro foram instalados no Caju a partir do ano de 1900, nos terrenos da antiga Fábrica de Tecidos São Lázaro, fundada em 1887 por Luiz Augusto Ferreira d'Almeida.

“A fábrica reunia vários prédios na então praia de São Cristóvão, hoje rua Monsenhor Gomes: no nº 183 havia o edifício onde funcionavam as prensas, o alvejamento, as máquinas de tecidos de malha e seda e o escritório; no 185 funcionavam a fiação e a expedição; no 187 havia as diversas seções de tecidos de seda. Nos fundos do nº 191, de frente para a rua da Indústria, havia um casarão de madeira, onde funcionavam a carpintaria, a serraria, a funilaria e a fundição. Fechando a fábrica pelos fundos, havia a Vila São Lázaro, com um conjunto de 56 casas, algumas ruas, como a rua Dona Beralda, a rua Barão de Drommond, a rua Comendador Teixeira de Azevedo e uma praça denominada Visconde Ferreira de Almeida. Do lado direito da atual rua Monsenhor Manoel Gomes, próximo ao mar, havia também algumas instalações do tipo marinhas (cais e construções destinadas a apoio marítimo) e depósitos diversos.”^[1]



Fachada do Novo Arsenal de Guerra, vista do mar. (Acervo CDoc-AGR apud AGR, 2006).

Todavia, a transferência efetiva do Arsenal de Guerra, até então situado na Ponta do Calabouço, se deu na década de 1920. Durante este período foram construídas novas instalações e realizadas várias obras de adequação da infraestrutura já existente. Em 1909 foi erguido o pórtico de entrada do Arsenal de Guerra, tendo sido, porém, demolido em 1943 por ocasião das obras de remodelação, construindo-se em seu lugar o atual pavilhão administrativo.

Na Vila São Lázaro existem duas casas tombadas pelo Decreto nº 14.464 de 20 de dezembro de 1995, tratando-se de exemplares do final do século XIX, construídos por pescadores portugueses que se instalaram na Quinta do Caju. As casas apresentam arquitetura em madeira ao estilo do litoral português, erguendo-se sobre estacas ou tijolos, com duas ou quatro águas e pequena varanda.

Ainda na vila, são encontrados outros exemplares do final do século XIX e primeiras décadas do XX, correspondendo a edificações majoritariamente térreas destinadas a moradia de militares e depósitos diversos.

Especialmente distribuídos à margem esquerda, sentido Caju, da Rua Monsenhor Manoel Gomes, antiga Rua da Praia de São Cristóvão, são verificados exemplares da arquitetura eclética do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, logo após o conjunto do pavilhão administrativo do Arsenal de Guerra, conformando edifícios assobradados com traços arquitetônicos neoclássicos.



Entrada principal do Arsenal de Guerra na Praia de São Cristóvão, atual Rua Monsenhor Manuel Gomes (Fonte: Acervo AHEx 3.2.9 nº 3).



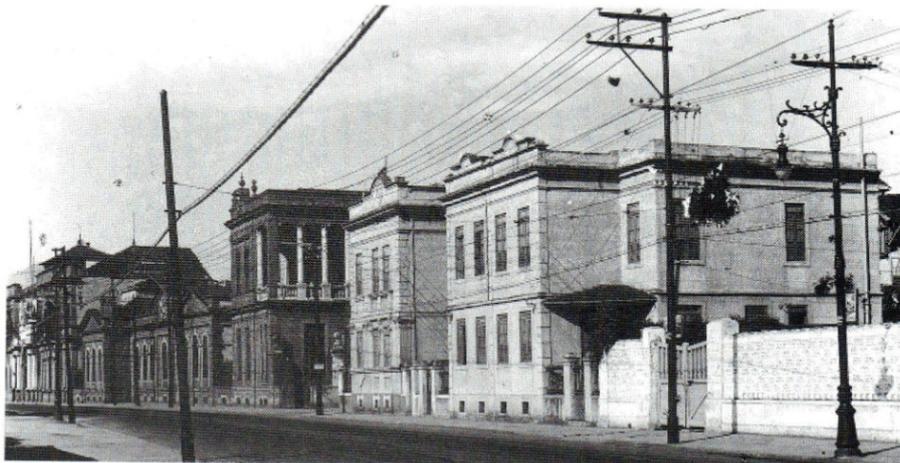
Entrada principal do AGR antes do projeto de remodelação. (Acervo AGR apud AGR, 2007).



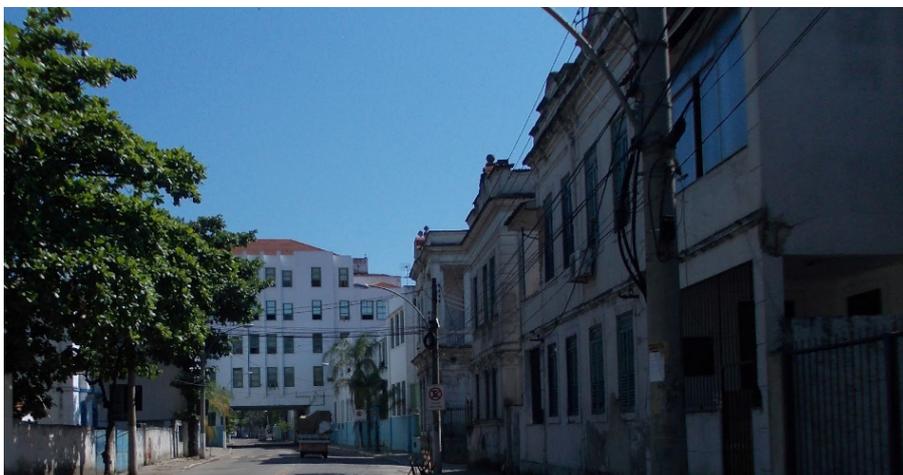
Entrada principal do AGR após a remodelação (Fonte: Acervo AGR apud AGR, 2007). Visão atual.



Visão da Rua Monsenhor Manuel Gomes, sentido norte, altura da Capela da Santa Casa, da década de 1930, observando-se o calçamento de paralelepípedos e os trilhos do bonde no leito da via. (Fonte: Acervo CDoc AGR PM-fot 019).



Rua Praia de São Cristovão, atual Rua Monsenhor Manuel Gomes, Década de 1940. (Fonte: Acervo CDoc AGR PM-fot 020).



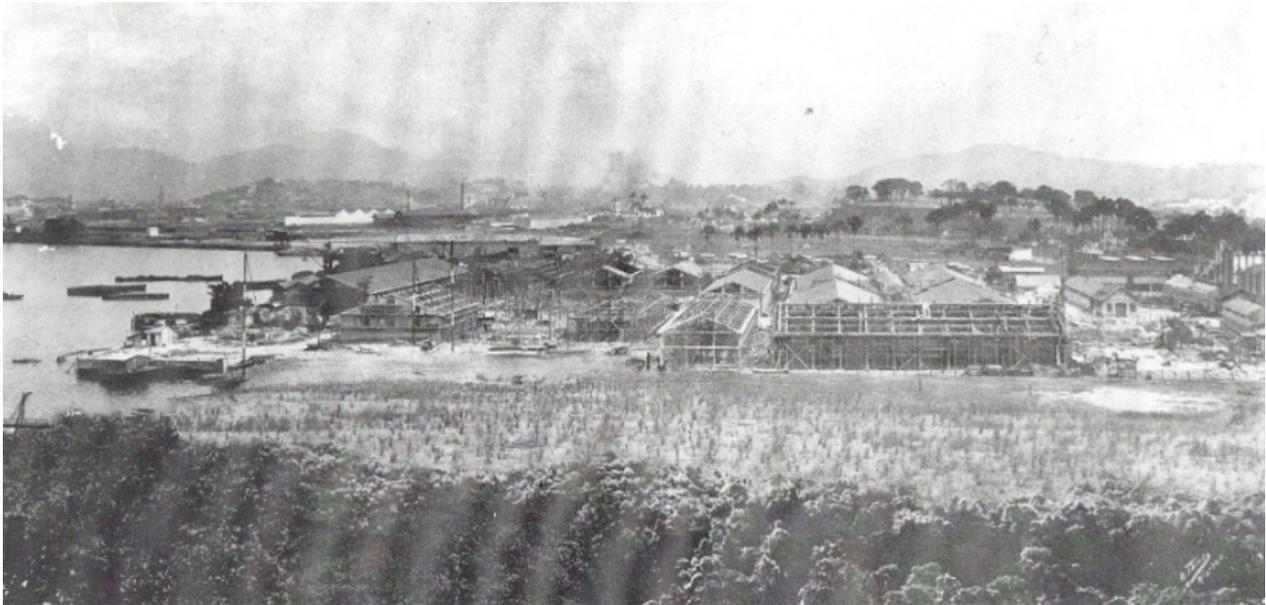
Edifícios remanescentes de fins do século XIX, na antiga estrada Praia de São Cristovão, e remodelação do Arsenal de Guerra aterrando o Lado Mar, atual Rua Monsenhor Manuel Gomes. (Foto/2013).

No início do século XX, vizinha ao Arsenal de Guerra, é fundada a Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE).

“(...) A FMCE sofreu algumas mudanças de denominação: em 1939, fábrica de Material de Transmissões (FMT); em 1953, Fábrica de Material de Comunicações (FECom); em 1977, Fábrica nº 4 – Material de Comunicações, [neste momento, a FMCE deixa de ser uma organização unicamente militar e realiza a contratação de mão de obra civil passando a fazer parte IMBEL]; em 1908, centro de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico de Eletrônica e Telecomunicações (CPDET) e finalmente, em 1984, Fábrica de Material de Comunicação e Eletrônica (...) A área livre do cais, totalizava 47.709 m², mas por se tratar de aterro sobre lodo profundo, exigia fundações muito dispendiosas para instalação de equipagem de prensas para forjamento de projetis. Assim, deduzia-se que a área do cais deveria conter apenas instalações de acabamento de projetis e oficinas subsidiárias, ficando toda a fabricação de corpos brutos nas instalações da parte antiga, onde já se encontravam as oficinas de Forja e Fundição.”^[1]



Instalações do Arsenal de Guerra – Lado Mar. (Fonte: Acervo CDoc AGR PM-fot 028).



Construção das instalações na década de 1940 - Lado Mar, onde se observa o terreno de mangue. (Fonte: Acervo CDoc-AGR PM-Fot 045 apud AGR, 2006).



Pier do Arsenal de Guerra – Lado Mar. (Fonte: Acervo CDoc AGR PM-fot 040).



Esculturas em metal confeccionada por artesão da oficina de fundição do Arsenal e, duas ao centro, de rocha.

O Arsenal de Guerra abriga em suas instalações o Museu do Arsenal de Guerra, tendo sido organizado por duas curadoras, à pedido do Coronel Hécio Rodrigues.

O local, fechado à visitação, tem como meta a preservação e curadoria das peças do acervo, que é formado majoritariamente por material bélico, como espadas, pistolas, escopetas, metralhadoras, canhões, etc. O acervo é formado por móveis e equipamentos usados no Exército brasileiro desde o período colonial, como o Baú de Três Chaves usado para guardar os documentos secretos no campo de batalha.

Possui em seu acervo peças artísticas confeccionadas por artesãos da oficina de fundição como esculturas, bandeiras pátrias e carnavalesca.



Escultura de soldado em metal confeccionada por artesão da oficina de fundição do Arsenal.



Bandeira Imperial - Fabricada pelo Arsenal de Guerra da Corte, para o 1º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Corte.

Canção do Exílio

*Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.*

*Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas tem mais flores,
Nossos bosques tem mais vida,
Nossa vida mais amores.*

*Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá.*

*Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar - sozinho, à noite -
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.*

*Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.*

Gonçalves Dias.



Bandeira da República - Confeccionada no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

Hino à Bandeira do Brasil

*Salve, lindo pendão da esperança,
Salve, símbolo augusto da paz!
Tua nobre presença à lembrança
A grandeza da Pátria nos traz.*

*Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!*

*Em teu seio formoso retratas
Este céu de puríssimo azul,
A verdura sem par destas matas,
E o esplendor do Cruzeiro do Sul.*

*Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!*

*Contemplando o teu vulto sagrado,
Compreendemos o nosso dever;
E o Brasil, por seus filhos amado,
Poderoso e feliz há de ser.*

*Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!*

*Sobre a imensa Nação Brasileira,
Nos momentos de festa ou de
dor,
Paira sempre, sagrada bandeira,
Pavilhão da Justiça e do Amor!*

*Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!*

Olavo Bilac, 1906.

Pudesse meu Ideal

*Pudesse meu ideal
Que é o Carnaval
De encantos mil
Valorizar neste poema
Cor de anil
Verossímil
E levá-lo coroado
Pelas galas da História
Relembrando a memória
Do meu querido Brasil*

*Pudesse um dia
Juro faria
Do samba o maior herói
Concorrerias com as vitórias
Que existiam entre nós
Seriam páginas de intenso fulgor
E o passado teria maior valor*



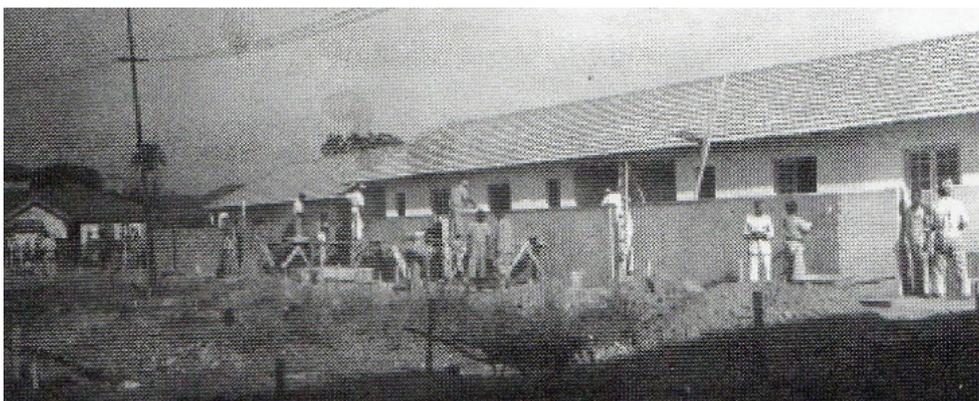
*Pudesse meu ideal
Que é o Carnaval
De encantos mil
Imortalizar neste poema
Cor de anil
Verossímil
Elevá-lo coroado
Pelas galas da história
Relembrando a memória
Do meu querido Brasil*

*Pudesse um dia
Juro faria
Do samba o maior herói
Concorrerias com as vitórias
Que existiam entre nós
Seriam páginas de intenso
fulgor
E o passado teria mais valor*

*A própria musa
Triste confusa
Homenagem a ti ergueu
Se não sou eu
Pobre andaluza
Nem o nome dava musa
Que contei é samba banal
Valorizado só no Carnaval*

Cartola e Carlos Cachça.

Estandarte Carnavalesco - Produzido pelos operários do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Era utilizado em desfiles cívico e carnavalesco (bloco das repartições públicas), na década de 1930.



Construção de casas de alvenaria na Vila São Lázaro - Década de 1940. (Acervo CDoc-AGR PM-Fot 026).



Casa da avenida São Lázaro. Década de 1940. (Acervo CDoc-AGR PM-Fot 136).



Detalhe da fachada do conjunto de edificações na Rua Paraná, Vila São Lázaro. 2013.



Construção de casas de alvenaria na Vila Militar na década de 1940 (Fonte: Acervo CDoc-AGR-Fot 026).



Casa 3, observando-se a fachada e a cobertura em duas águas de telhas francesas nacionais e importadas (de reuso).



Telha francesa identificada nas casas da Vila e presente na Casa 3: Roux Freres, de Marseille, com inscrição “Grande Ecaille Pour Toiture - Brevets - S G D G - St Henri” e decorada com corações e espadas em relevo.



Exemplar de telha francesa identificada nas casas da Vila e presente na Casa 3: Guichard Carvin & Cie, de Marseille, com logo da abelha.



Igreja construída em homenagem a esposa de um ex-diretor do AGR, Edith Jourdan, Vila São Lázaro.



Singela homenagem da comunidade do AGR à esposa de ex-diretor que nesta vila viveu e a enriqueceu com sua amável presença. Rio Maio 1993.



Exemplares de edificações presentes na Vila São Lázaro.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

[1]. RODRIGUES, H. Arsenal de Guerra do Rio: do Calabouço ao Caju. Artífice Edição Comemorativa dos 105 anos de Instalação no Bairro do Caju. Rio de Janeiro. Edição Comemorativa., p. 03/61. 2007:24.

[2]. KAMBARA, Ricardo de Lorenzi; YURGEL, Marlene & BORTOLLI JUNIOR, Oreste. Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro: referências perdidas, 1930-1960. Disponível em: <https://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/049-1.pdf>, acessado em junho de 2021. P. 8 e 9.

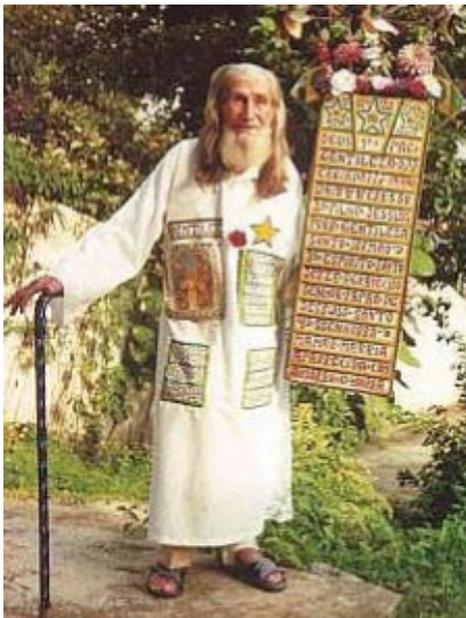
[3]. Groisman, Daniel. Duas abordagens aos asilos de velhos: da clínica Santa Genoveva à história da institucionalização da velhice. Cadernos PAGU (13) 1999: pp.161-190. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/cadpagu_1999_13_6_GROISMAN.pdf, acessado em junho de 2021. Artigo do trabalho apresentado no Grupo de Trabalho de Antropologia e Envelhecimento na XXI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia em 1998. Recebido para publicação em julho de 1999.

[4]. RODRIGUES, H. Arsenal de Guerra do Rio. Artífice, Revista Anual do Arsenal de Guerra do Rio. Centro de Documentação do AGR. Rio de Janeiro, p. 4-143. 2000:28.

PROFETA GENTILEZA

“O Profeta Gentileza (11/4/1917– 29/5/1996) marcou o Rio de Janeiro com seu Espírito do Cristianismo, de Amor ao Próximo e Boa Vontade. A partir de 1980, escolheu 56 pilastras do Viaduto do Caju, numa extensão de aproximadamente 1,5 km, e nelas depositou inscrições em verde-amarelo propondo sua crítica do mundo.”^[1]

“Por mais de 20 anos circulou pelo Rio com sua bata branca cheia de apliques e com seu estandarte, pregava nas praças e nas barcas entre Rio e Niterói anunciando sem cansar: “Gentileza gera Gentileza. (...) Era um andarilho que podia ser visto em qualquer bairro da cidade, das praias à mais distante periferia.”^[2]



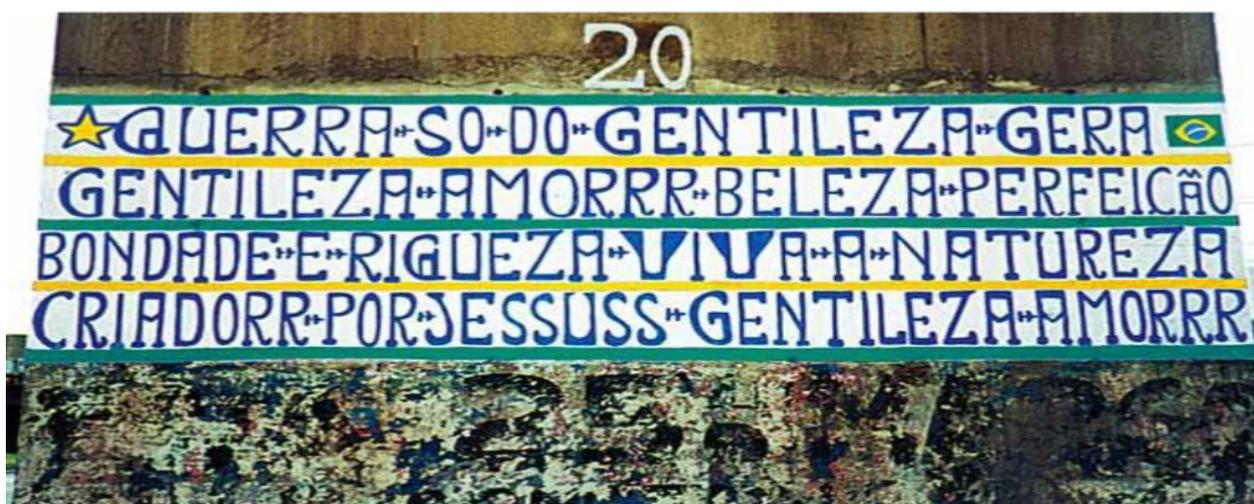
Pinturas (55) e Escritos de Autoria de José Dadrino (Profeta Gentileza), localizadas na estrutura do Viaduto do Caju. Resolução de Tombamento: Decreto nº 19.188 de 27/11/00 – D.O. RIO de 28/11/00. Profeta Gentileza. Fonte: https://i2.wp.com/simplesmenteartes.com.br/wp-content/uploads/2016/10/126162_70059_84636.jpg.

Criou um grafismo próprio, como *Univverrso*, *Amorrrr*, *Conheser* e várias outras, atribuindo significado mais amplo a essas palavras. Quando acusado de não saber escrever, ele se defendia: “*Eu que não sei escrever ou você que não sabe ler? Conheser é de conhecer o ser, conhecer a si mesmo.*”^[2]

“*Gentileza volta-se para um sentido de humanização da vida e da arte na cidade contemporânea. As cidades marcadas pela violência e pelo desapego de seus habitantes colocam-se para o Profeta como um mundo a se restabelecer. Assim se deu com o local do circo em Niterói, e com o viaduto do Caju no Rio de Janeiro. Sobre as cinzas e sob a fumaça dos viadutos da megalópole, em seus lugares mais inóspitos e desolados, um homem, vindo de Cafelândia, vem exaltar seu anúncio, transposto em letras azuis e em faixas verde e amarelo.*”^[3]



Pilastras no viaduto da Ponta do Caju.



Aforismo 20.^[6]

“Em 17 de dezembro de 1961, o Gran Circo Norte-Americano (...) em Niterói – Rio de Janeiro pegou fogo vitimando mais de 500 pessoas oito dias antes do Natal. Gentileza naquele dia, disse ter ouvido vozes mandando largar todo apego material do capitalismo, neste momento o cidadão comum dá lugar ao profeta e então pega um dos seus e parte rumo a Niterói. Durante anos fez das cinzas e das marcas do incêndio no chão, uma plantação de flores. Foi um consolador voluntário que confortou os familiares das vítimas da tragédia com palavras de bondade. Daquele dia em diante, passaria a se chamar Jozze Agradecido, ou simplesmente Profeta Gentileza. Após deixar o local, que foi denominado Paraíso Gentileza, o Profeta deu início a sua jornada.”^[2]



Aforismo 55.

“Empresário do setor de transporte de carga em Niterói, José Datrino (1917-1996), nascido em Cafelândia, no interior paulista, tornou-se Gentileza após uma epifania à véspera do Natal de 1961. (...) Teve a visão do que acreditou ser o fim dos tempos, vendeu todos os bens e virou pregador de rua. Costurou um manto branco, pintou nele dizeres sobre bondade e beleza, deixou a barba crescer e decidiu cruzar o país. Foi chamado de louco e tomou eletrochoque porque repetia que ‘O mundo é uma escola de amor’. (...) Não pense em dinheiro. Ele é o capeta. Cega a Humanidade e leva para o abismo’. (...) Após sua morte, as mensagens foram pichadas e posteriormente apagadas pela prefeitura com tinta cinza. Graças a iniciativa de um professor universitário, organizou-se um movimento de restauração e tombamento desses murais. (...) Foi internado 3 vezes em hospitais psiquiátricos. Os pacientes ficavam em volta dele, ouvindo suas pregações. Um dos médicos disse que os choques eram à toa: ‘José não era louco’. outro teria dito: ‘Gentileza, você veio para te curarmos ou para nos curar?’ ‘Sou maluco pra te amar, louco pra te salvar’ (...) ‘seja maluco mas seja como eu, maluco beleza, da natureza, das coisas divinas’.^[2]



Desfile militar de sete de Setembro de 1990. Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/316096467566147857/?lp=true>.



Sepulcro do Profeta Gentileza. Fonte: https://i2.wp.com/simplesmenteartes.com.br/wp-content/uploads/2016/10/126162_70059_84636.jpg.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

[1]. Ato do tombamento/Decreto 19.188, de 27/11/2000.

[2]. Revista Prosa e Verso. “Gentileza gera gentileza” – Profeta Gentileza (José Datrino). Disponível em: <https://www.revistaprosaversoearte.com/gentileza-gera-gentileza-profeta-gentileza-jose-datrino/>

[3]. GUELMAN, 2008, p.51 apud OLIVEIRA, Naiara Gomes de. Do Profeta Gentileza ao AT.9+1.ED: o Aporte do Imaginário no Trajeto Projetual do Design. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Artes Visuais, Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de Doutor, 2019: 57.

[4]. OLIVEIRA, Naiara Gomes de. Do Profeta Gentileza ao AT.9+1.ED: o Aporte do Imaginário no Trajeto Projetual do Design. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Artes Visuais, Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de Doutor, 2019: 45.

[5]. OLIVEIRA, Naiara Gomes de. Do Profeta Gentileza ao AT.9+1.ED: o Aporte do Imaginário no Trajeto Projetual do Design. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Artes Visuais, Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de Doutor, 2019: 48.

[6]. DEVILLART, José Marcos Barros. A Iconicidade no Discurso do Profeta Gentileza. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Linha de pesquisa: Teoria e Análise Linguística, 2015:97.

[7]. LORENZINO, Ariana de Abreu. A Poética de Gentileza: um patrimônio carioca. Dissertação apresentada ao Instituto de Artes, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Mestre em Artes Visuais. Campinas, 2009:81.

PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NAS OBRAS DA ALÇA DE ACESSO DA PONTE RIO-NITERÓI LINHA À VERMELHA

“A arqueologia ‘da’ cidade não se restringe ao estudo do subsolo, compreende também toda a paisagem física, social e histórica da superfície.”^[1]

A necessidade de diagnosticar e mitigar possíveis riscos que obras construtivas possam incidir sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro está expressa em uma ampla legislação com trajetória desde a 1ª República. A Constituição Federal em vigor o define em seu Art. 216 como *“bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”*. Nos incisos que se seguem são incluídas como patrimônio as *“formas de expressão; os modos de criar, fazer e vi-ver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”*.

O Patrimônio Arqueológico, além disso, é protegido por leis específicas, como a Lei n.º 3.924/61, que obriga seu estudo antes de qualquer obra que possa vir a danificá-lo, e a Lei de Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/98), que impõe sanções penais e administrativas a condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e ao patrimônio cultural.

No âmbito municipal, foi criada em 2006 na cidade do Rio de Janeiro, a Gerência de Arqueologia na então Secretaria Extraordinária de Patrimônio Cultural (SEDREPAHC). Em 2009, vinculou-se à Secretaria Municipal de Cultura/Subsecretaria de Patrimônio Cultural – SUBPC. O IPHAN, órgão federal responsável pela questão arqueológica no país, tem a competência de realizar vistorias para identificação e/ou avaliação de sítios arqueológicos; acompanhamento de projetos de intervenções em subsolo de áreas ou bens protegidos e de locais com interesse histórico cujo licenciamento de obras depende de opinamento da SUBPC; registro de sítio arqueológico; elaboração de pareceres técnicos; conservação de acervo, dentre outras.

Através dessa secretaria, a Prefeitura procura promover, orientar e acompanhar o desenvolvimento de projetos que busquem a preservação e valorização do patrimônio arqueológico local. Além disso, a cidade conta com leis que garantem a proteção dos sítios arqueológicos. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de 05/04/1990, dispõe como competência proteger os sítios arqueológicos, os quais integram o patrimônio cultural da Cidade do Rio de Janeiro.

Em 2003, foram promulgados também, o Decreto nº 22.872, que criou a obrigatoriedade de pesquisas arqueológicas em obras de intervenção urbanísticas e/ou topográficas, e o Decreto nº 22.873, que cria a carta arqueológica do Município do Rio de Janeiro, objetivando garantir a preservação dos sítios cadastrados e a proteção das áreas de potencial arqueológico, com possível ocorrência de vestígios.



Fonte: Arquivos da Terra.

O Brasil elaborou essa ampla legislação preservacionista influenciada pela própria trajetória do conceito de patrimônio, a partir do Movimento Modernista e da Constituição de 1937, enquanto o país signatário da UNESCO, seguindo as recomendações das Cartas Internacionais, que definem os princípios a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas (Carta de Nova Délhi, 1956), sobre as diretrizes de conservação e restauração de Monumentos e Sítios (Carta de Veneza, 1964), sobre princípios aplicáveis ao inventário, prospecção, escavação, documentação, pesquisa, preservação, conservação, reconstituição, informação, exposição e apresentação ao público e uso do patrimônio arqueológico (Carta de Lausanne, 1990).

Neste sentido, os estudos procedidos de Diagnóstico ^[2] (2012-2013) e Prospecção Arqueológica^[3] (2018-2020) no transecto da Alça de Acesso da Ponte Rio Niterói à Linha Vermelha foram fundamentais para a salvaguarda de vestígios arqueológicos e análise do potencial arqueológico do subsolo da Ponta do Caju, contribuindo para a geração de conhecimento.

Estes estudos são de alta relevância pois, com o uso e ocupação dos terrenos, esses locais, se não forem achados e preservados – seja deixando ele para as gerações futuras, ou escavando e estudando os vestígios – poderão ser destruídos. O conhecimento sobre esse complexo quebra-cabeça da história da humanidade, de nossa ancestralidade, estaria para sempre perdido.

PONTA DO CAJU: FISIOGRAFIA CONSTRUÍDA

A partir de informações secundárias e primárias, coletadas para a compreensão da área, coube destaque aos estudos regionais, que demonstraram a antiguidade dos registros de ocupação humana relacionados ao período pré-colonial, colonial e os estudos de evolução urbana que desvelaram intensos processos tecnogênicos que mudaram a paisagem da Ponta do Caju drasticamente.

Os estudos geológicos e geotécnicos realizados na área destinada à implantação da Alça de Ligação Ponte Rio Niterói à Linha Vermelha possibilitaram aferir que, quase todo o traçado, se dá em áreas de aterros, que variam de poucos centímetros a mais de 20 m.

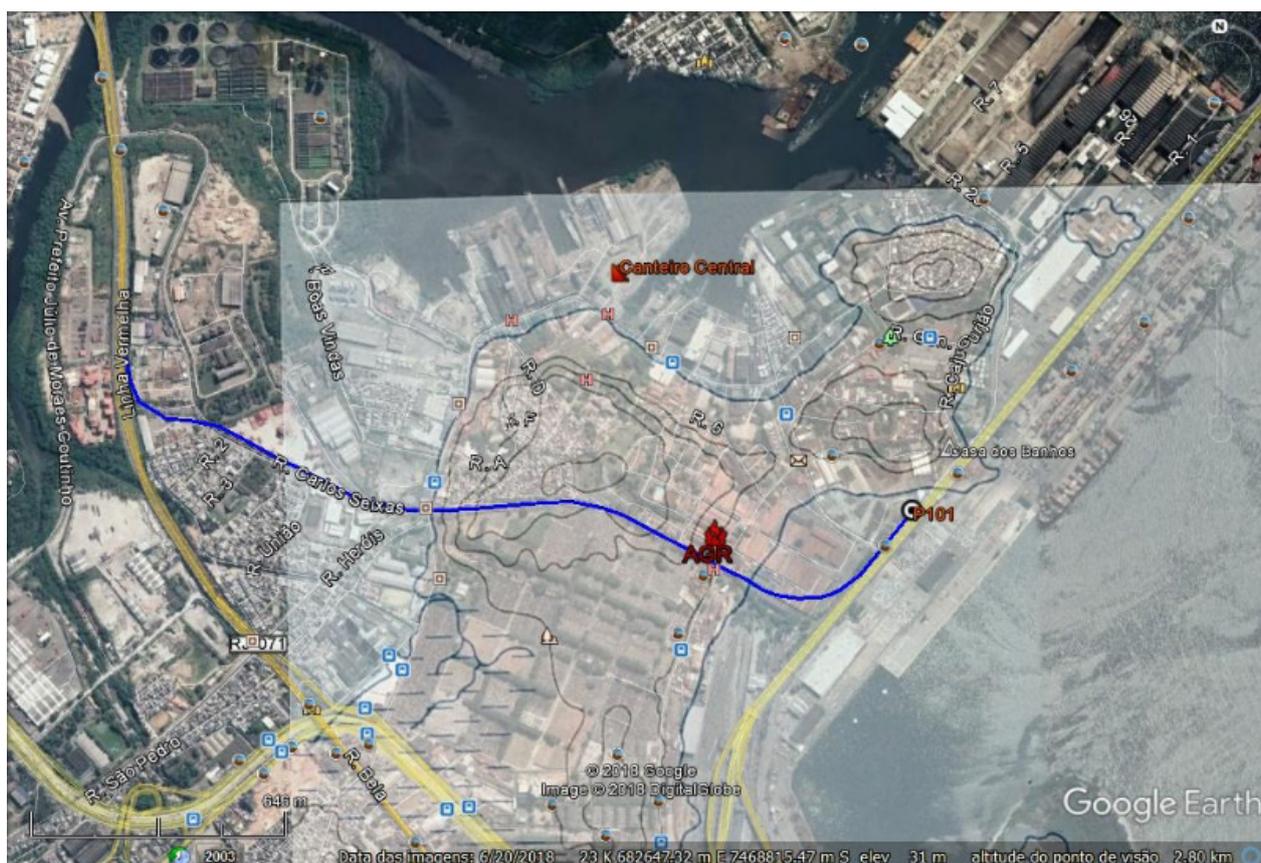
As camadas mais espessas de aterro são verificadas no primeiro trecho, compreendendo o lado mar do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (AGR) até a Rua Monsenhor Manoel Gomes, com espessura de até 4 metros. Os trechos finais situados na comunidade Boa Esperança - Rua Carlos Seixas até a saída na Linha Vermelha - apresentam áreas com mais de vinte metros de aterro.

No primeiro caso, a origem dos aterros não pôde ser precisada, todavia, deve advir do desmonte de algum dos morros da cidade, ocorrido nas primeiras décadas do século XX. Podem ser considerados como depósitos tecnogênicos de material “úrbicos”, que segundo a classificação dos “solos altamente influenciados pelo homem”, são formados por detritos urbanos, materiais terrosos que contêm artefatos manufaturados pelo homem moderno, frequentemente em fragmentos, como tijolos, vidro, pedra britada, etc., provenientes, por exemplo, de detritos de demolição, entre outros.

Nos trechos sobre a comunidade Parque Esperança, o pacote de aterro é formado com material do Aterro do Caju e de sedimentos, cuja procedência não está referenciada, mas provavelmente também advém de morros desmontados. Usando a mesma classificação já descrita para depósitos tecnogênicos, estes aterros seriam formados por materiais “gárbicos”, caracterizando-se como *“depósitos de material detrítico com lixo orgânico, de origem humana e que, apesar de conterem artefatos (...), suficientemente ricos em matéria orgânica para gerar metano em condições anaeróbicas.”*^[4]

O trecho situado entre a Rua Monsenhor Manoel Gomes e a Rua Carlos Seidl, em grande parte coincidente com o corredor do ramal ferroviário, apresenta camadas não uniformes de aterro, sendo tanto descontínuo em extensão, quanto com espessuras variadas e, em alguns locais, ausente.

Este segmento condiz com o desenho original da Ponta do Caju antes da expansão do terreno sobre o mar. Embora tenham sido reportadas informações sobre a área ser de mangue e por isso aterrada, caracterizou-se como de alto potencial arqueológico. Abrangem terrenos do Hospital Nossa Senhora do Socorro e do Cemitério São Francisco Xavier, do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, Lado Mar e Vila Militar São Lázaro, terrenos ocupados desde o início do século XIX, pelo menos. Ademais, alguns desses aterros devem datar deste período inicial de ocupação e apresentar cultura material arqueológica.



Sobreposição de recorte da Planta Conjectural “A cidade do Rio de Janeiro na época de sua fundação em 1565” (IHGB, 1965 – Prancha 4^[17]) e imagem Google Earth indicando o trajeto da Alça de Acesso, o Arsenal de Guerra, o canteiro central e a pilastra P101, início da saída da Ponte Rio-Niterói (Imagem Google Earth, 2003).

A Ponta do Caju insere-se na unidade de relevo Baixada de Guanabara, que corresponde a forma de relevo do tipo Planície Colúvio-alúvio-marinha, constituída por agradação litorânea, e do tipo Morrotes e Morros Baixos Isolados, formados por processos de degradação.

Nesta área, o relevo do tipo Morrotes e Morros Baixos Isolados está representado pelos Morros do Pinto, da Providência e da Conceição, os quais são constituídos por rochas granitóides e seus materiais de alteração, bem como por depósitos e rampas coluviais.

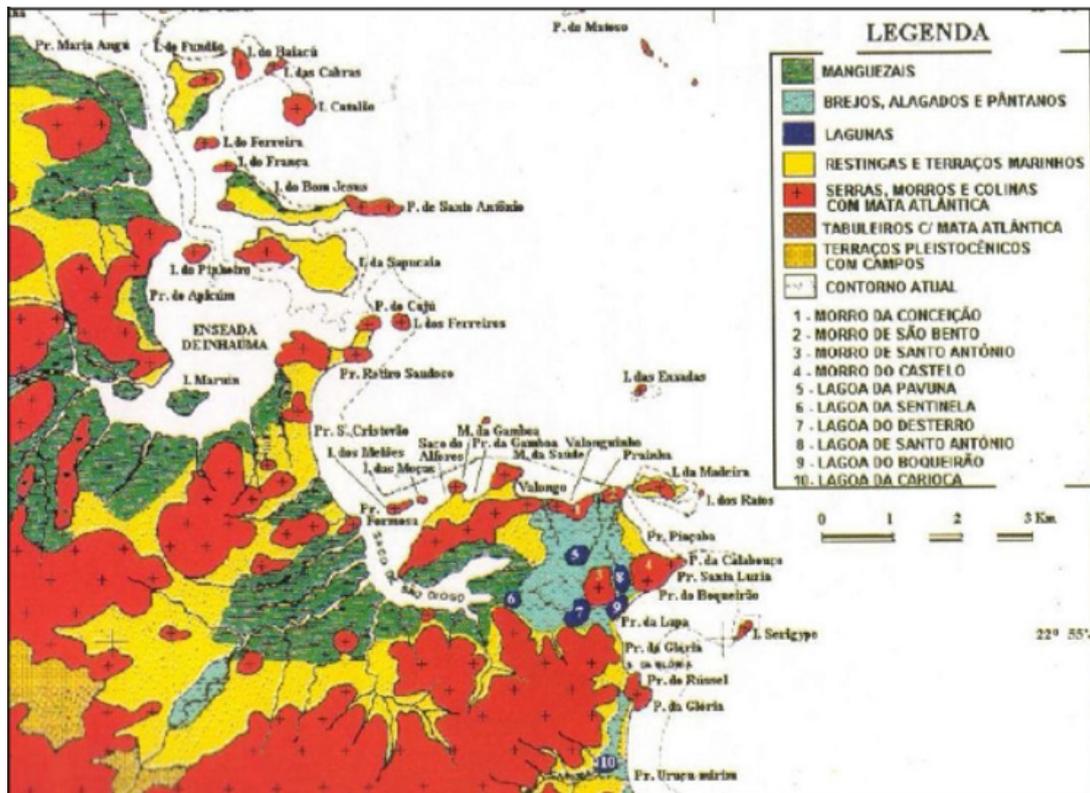
Os relevos colinosos, entremeados na planície, representados por porções dos Morros da Gamboa e da Saúde, são constituídos por rochas metabásicas gnáissico-granulíticas. No restante da área distingue-se o tipo de relevo Planície-colúvio-alúvio-marinha, desenvolvido sobre sedimentos de transição entre o ambiente marinho e continental de origem fluvial e/ou lagunar. ^[5]

Esta paisagem foi sendo modificada ao longo da história da ocupação humana na região e, especialmente relevantes, são os extensos aterros formados na faixa estuarina desde a época colonial, agravados a partir das primeiras décadas do século XX e intensificados nas últimas décadas, visando à ampliação das áreas a serem ocupadas e construídas.

Segundo o cronista Charles J. Dunlop^[6] a Ponta do Caju era *“uma região belíssima, de praias com areias branquinhas e água cristalina, onde não era raro o fundo da Baía, tendo, como habitantes comuns os camarões, cavalos-marinhos, sardinhas e até mesmo baleias”*.



“Em frente ao portão do São Francisco Xavier via-se a longa ponta aterrada mar adentro e plantada, nos dois lados, de palmeiras-imperiais.” - Pedro Nava.^[18]



Espaço físico original do centro da cidade do Rio de Janeiro. (Fonte: Amador, 1997).^[9]

O ATERRO RETIRO SAUDOSO NA FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES DO CAJU

A Comunidade Parque São Sebastião teve sua origem na ocupação humana que se formou com a criação do Aterro Retiro Saudoso, local que recebeu o lixo da cidade do Rio de Janeiro, entre 1939 a 1976, instalado depois da desativação do antigo lixão situado na Ilha Sapucaia, defronte a Ponte do Caju.

A comunidade Parque Boa Esperança foi precursora na ocupação do entorno da área do Aterro Retiro Saudoso instalado em 1939 na Ponta do Caju, junto da Praia de nome homônimo e da Parada do Amorim. A partir de então, até quase o final da década de 1970, o Aterro Retiro Saudoso recebeu o lixo da cidade do Rio de Janeiro.

Machado salienta que este foi o principal território do lixo da cidade do Rio entre a década de 1940 a 1970 ^[7]. O processo para a construção do aterro consistia em se espalhar os dejetos e sobre eles despejar camada de barro e areia, visando impedir a proliferação de insetos e de odor.

O aterro da Ponta do Caju, nome como ficou conhecido o local, seguiu um modelo adotado da Inglaterra, que consistia em despejar o lixo em terreno pantanoso as margens da baía e em seguida cobri-lo com camada de terra retirada do cemitério São Francisco Xavier ^[8].

No final da década de 1960, o aterro do Caju já havia ocupado uma área de um milhão de metros quadrados, estendendo-se sobre a Baía de Guanabara.

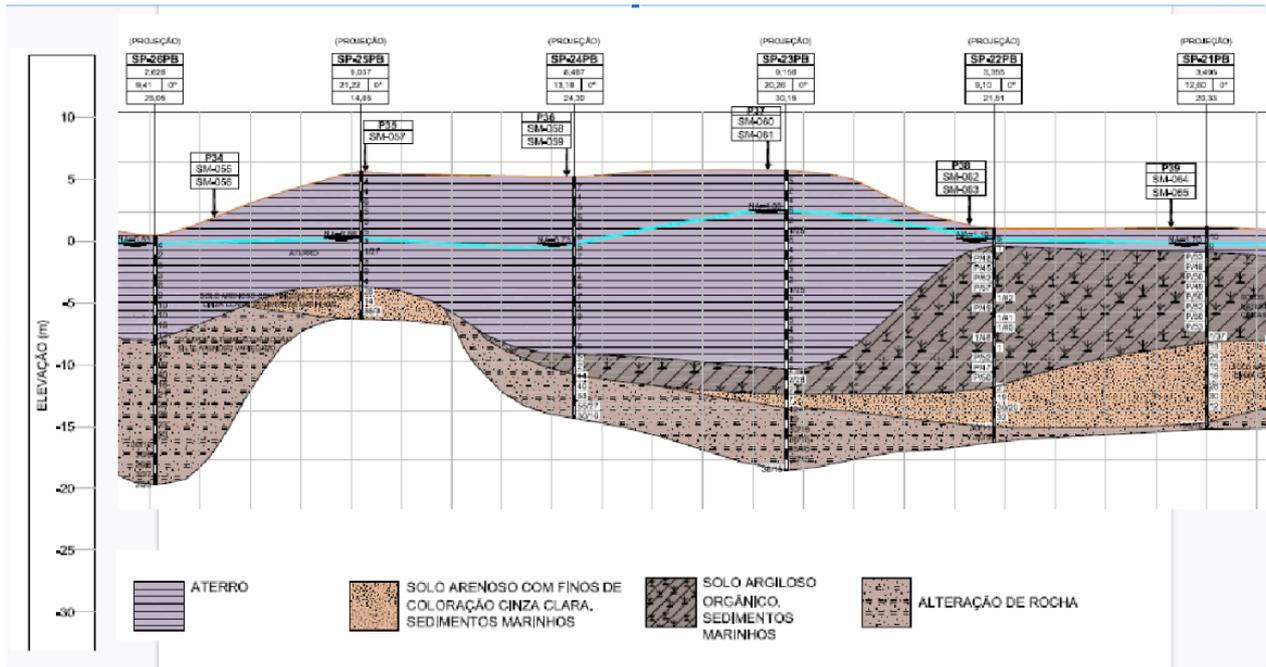
“O despejo do lixo nas áreas alagadas, e praticamente dentro da baía provocou o assoreamento de várias praias e do Canal do Cunha, causando prejuízos e transtornos, quando chovia a cidade era constantemente alagada. Além disso, poluiu e destruiu completamente as áreas de manguezal e contaminou rios e lençóis freáticos.”^[9]

A imagem de catadores de lixo popularizou-se a partir do Aterro do Caju, embora este tipo de trabalho já existisse desde pelo menos o século XIX na cidade do Rio.

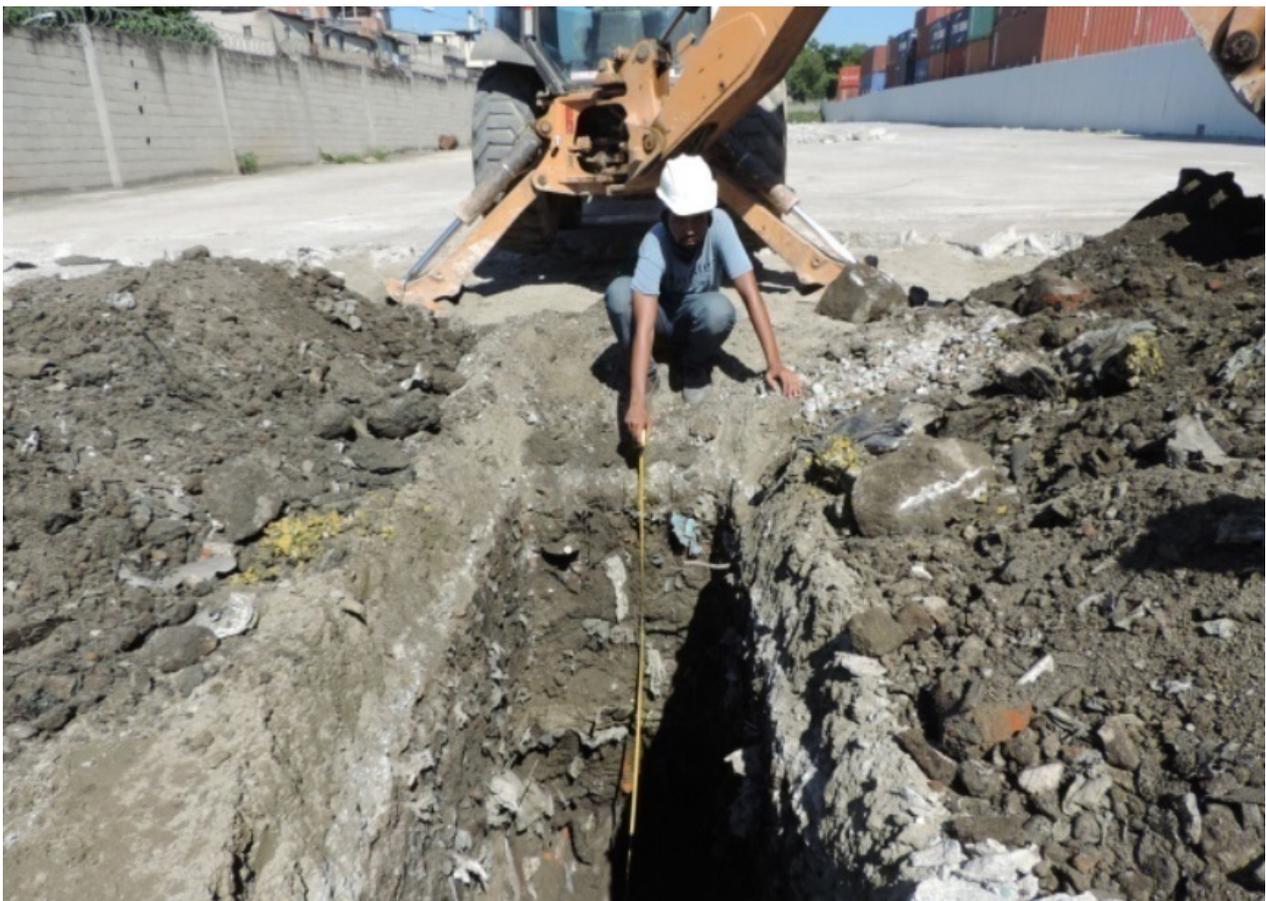
“No Aterro do Caju existiam muitos catadores que trabalhavam e residiam no aterro e nas favelas que foram sendo construídas no seu entorno. Para os trabalhadores esse território tinha uma função de recurso, abrigo e uma dimensão simbólica por ser neste espaço que estabeleciam seus laços afetivos.”^[10]

Somados a estes trabalhadores, outros passaram a residir no local, visando a uma maior proximidade com o centro da cidade.

Contexto relevante sobre a formação do Parque Boa Esperança apresenta-se em depoimentos de alguns antigos moradores retratando a vida da comunidade em seu início e as mudanças ao longo de sua trajetória histórica. O lugar era conhecido primeiramente como Beco dos Ratos e Buraco da Lacraia, depois sendo denominado Parque Boa Esperança, tendo os moradores construído suas casas sobre a montanha de lixo.



Perfil estratigráfico do segmento. [22]



Prospecção arqueológica no pátio da Empresa de Logística TCC, área aterrada do Saco de Inhaúma com a implantação do Aterro Retiro Saudoso, onde funcionou a usina de reciclagem de lixo. (Fonte: Arquivos da Terra).

Sobre a vida cotidiana no local, o relato apresentado por Pereira e Homero da moradora Maria do Socorro da Silva, 68 anos e residindo na comunidade desde 1980, salienta:

“As pessoas vinham catar lixo aqui, dia e noite. Cada caminhão que chegava era uma guerra. Eu mesma catei muita comida, até carne. A gente lavava, fervia e aí depois preparava e comia. Viúva, foi assim que criei meus cinco filhos. Hoje, estão todos crescidos e não tenho vergonha de dizer isso. (...) Antigamente não tinha esse monte de casas que tem agora. Era o depósito de carro velho de um lado e o lixo de outro. O resto era tudo mato. Casa de tijolo, dava para contar no dedo. Tinha umas dez”.^[10]

Embora, o aterro sanitário já tivesse sido desativado, caminhões continuavam clandestinamente despejando entulho e lixo no local.

Outro morador que reside há 56 anos na comunidade, o comerciante José Peixoto da Costa, 79 anos, relata que, quando chegou ali, a região era um extenso capinzal. Ele conta que veio da Paraíba em 1948.

“Ainda existia a cocheira da prefeitura, que mais tarde viraria depósito de bondes. Só havia energia elétrica numa única casa, a do vigia de uma empresa nas proximidades da Avenida Brasil, uma parte já aterrada. Todo o resto era iluminado à base do lampião de querosene. Quando comprei o barraco do vigia, tive permissão de continuar com a extensão da luz.”^[10]



Comunidade São Sebastião. (Fonte: Arquivos da Terra).

Segundo o depoimento de Carlos Roberto de Lima Pascoal, morador do bairro do Caju desde o início da década de 1970, no local não havia nem mil casas, a maioria barracos de madeira. Nesta época, as ruas ainda não haviam sido pavimentadas e quando chovia era só lama. Depois da desativação do aterro, a ocupação se intensificou decorrente da expansão da indústria naval e, de um quartel da Aeronáutica que se instalou na região. É deste período a ocupação ao longo da linha férrea. Como a guarda ferroviária não permitia a construção de moradias na linha, os moradores começaram a aterrar e construir sobre o mangue.

Após 1984, o bairro teve um crescimento ainda maior. *“A parte mais antiga é a Ladeira dos Funcionários, mas há também o Parque São Sebastião, ao lado do Cemitério do Caju, e a comunidade de Clemente Ferreira”.*^[10]

A ocupação em área de aterro sobre mangue é corroborada pelos estudos geológicos e geotécnicos realizados na área de estudo. Os perfis estratigráficos obtidos nas sondagens efetuadas no eixo da Alça indicaram camada superficial de aterro e entulho em toda a extensão sondada. Esta cobertura pode ultrapassar os 20 metros no final do trecho sondado.



Comunidade Parque Boa Esperança construída sobre área aterrada. Canal do córrego Dom Carlos. (Fonte: Arquivos da Terra).

A ÁREA DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO PONTA DO CAJU

Os resultados obtidos durante as campanhas de pesquisa indicaram uma área de interesse arqueológico, ocupando a faixa de domínio da Alça de Acesso, entre as Pilastras 303 e 306, onde foram evidenciados bolsões de cultura material do século XIX, anterior à instalação do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (AGR), e início do XX.

Conformando uma pequena e periférica faixa do terreno do Arsenal de Guerra (Lado Terra) as áreas amostrais escavadas desvelaram antigas estruturas de fundações de edificações, pisos e bolsões com artefatos. Zona limítrofe da linha da costa anterior ao aterramento da enseada e praia do Caju, esta porção apenas tangencia o terreno que encerra alto potencial arqueológico, correspondendo ao subsolo preservado abaixo das instalações do Arsenal.

Com efeito, quanto mais se afasta da antiga linha da costa em direção ao sopé do morro da Vila São Lázaro, maior será o potencial de ocorrência de bolsões com cultura material mais antiga. É provável que abaixo dos barracões e arruamentos do AGR haja importantes evidências do povoamento do Caju de moradores antecessores.

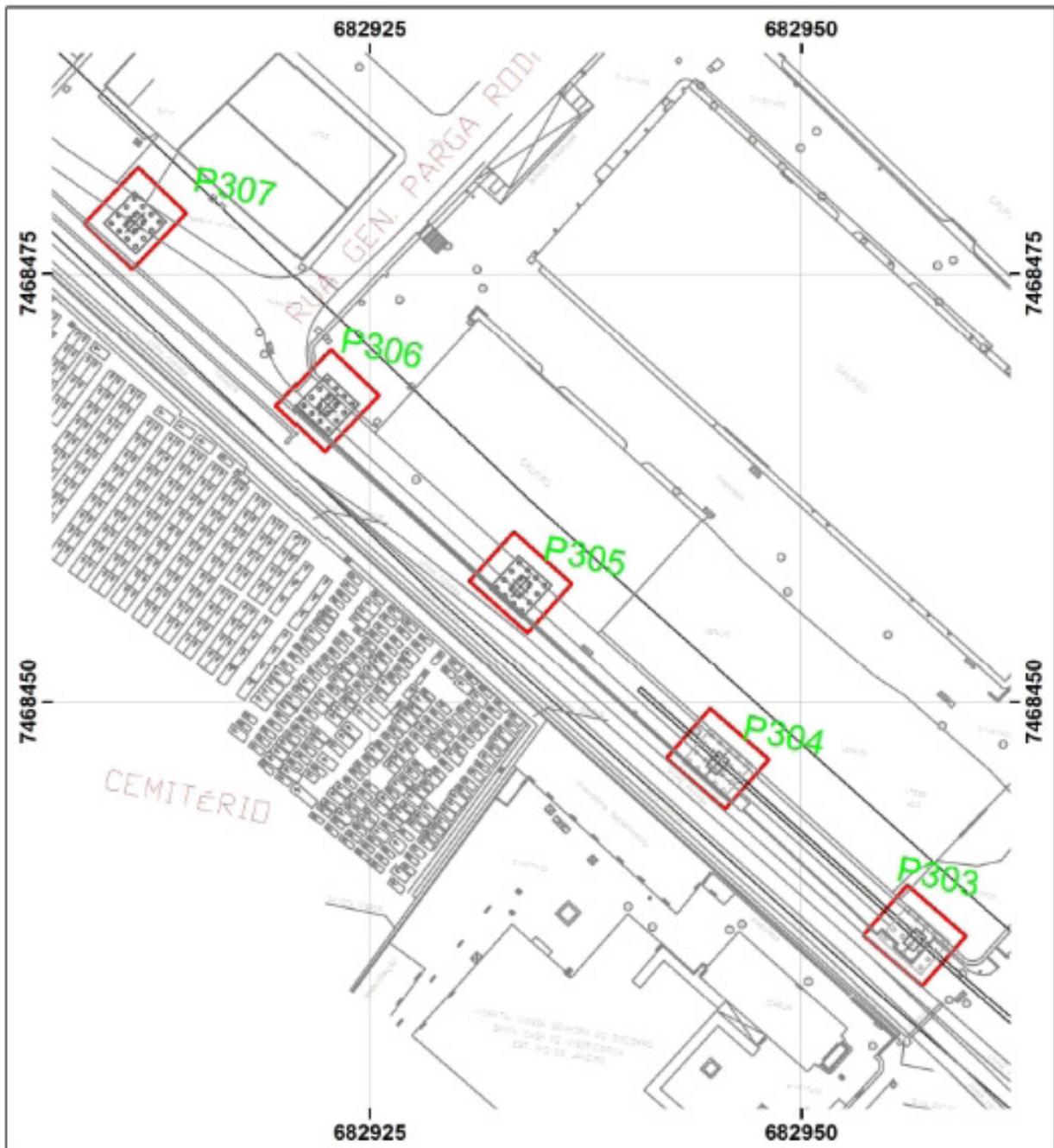
As intervenções realizadas nesta área indicaram uma ocupação anterior à instalação do Arsenal de Guerra em 1901, cujas estruturas e fundações dizem respeito à residência do diretor do Arsenal.

É provável que sua construção tenha se dado na primeira década do século XX ou mesmo que seja uma das edificações herdadas do espólio da fábrica de tecidos São Lázaro. Estes bolsões de lixeira apresentam cultura material com data mais recuada, da segunda metade do Oitocentos e mais tardio do início do século XX.

O Diagnóstico Arqueológico realizado apontou esta área como de maior potencial para conter remanescentes de ocupações anteriores, porque situados na faixa de terra, limite da linha da costa pós-chegada dos europeus. A avaliação indicou que em direção norte o terreno tem maior potencial, uma vez que se afasta da planície da maré. Por outro lado, interferências de reformas das instalações do Arsenal posteriores, podem ter destruídos camadas arqueológicas em algumas porções.

Embora a cronologia aponte para um intervalo entre as últimas décadas do Oitocentos e início do Novecentos, não há, até o momento, pesquisas arqueológicas para este período na Ponta do Caju, sendo relevante o levantamento da cultura material como parâmetro de comparação para outras áreas arqueológicas deste período já estudadas na cidade do Rio de Janeiro.

Desta forma, recomendou-se que esta área seja preservada. A Concessionária Ecoponte, responsável pela execução da alça de acesso à Ponte Rio Niterói, realizou um Plano de Preservação com a recomposição da superfície e conservação do local.



Área de Interesse Arqueológico delimitada na faixa de domínio da Alça de Acesso junto do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro – Lado Terra. (Fonte: Arquivos da Terra).



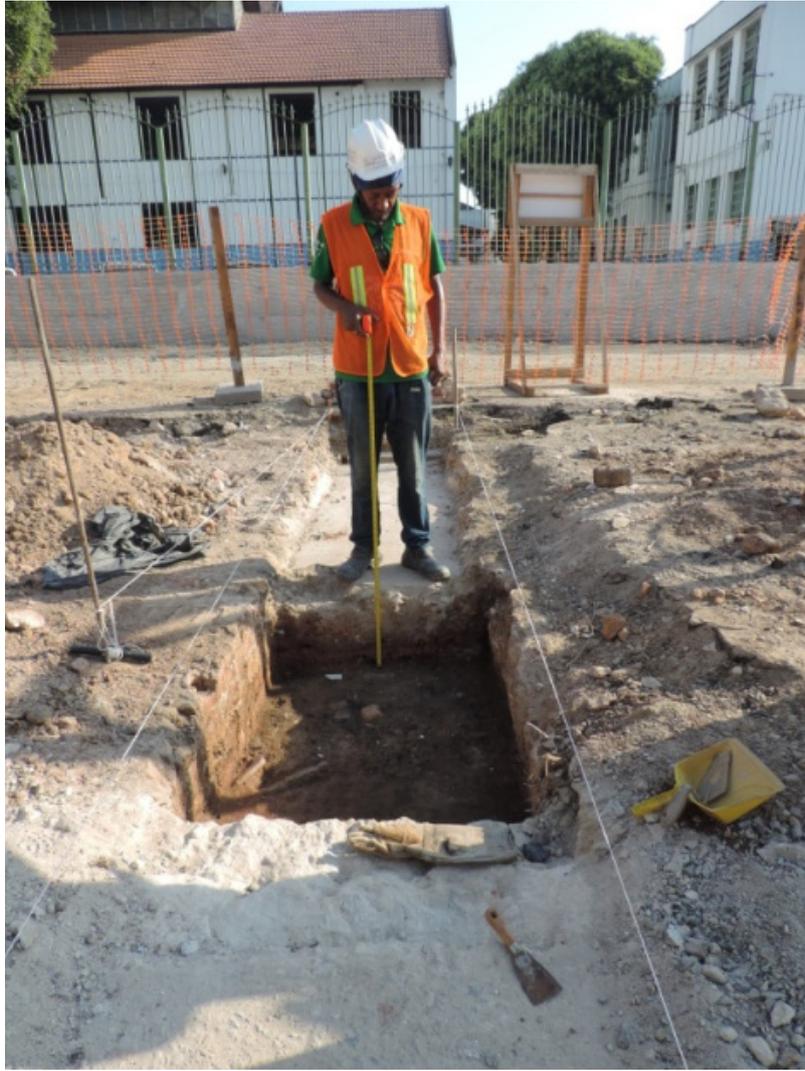
Faixa de domínio da Alça de Acesso junto do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro – Lado Terra. Exposição do piso de lajotas do galpão demolido. (Fonte: Arquivos da Terra).



Decapagem da soleira da parede leste, defronte ao piso exposto. (Fonte: Arquivos da Terra).



Lajota de cerâmica de indústria francesa, superfície superior dividida em quadrados e separados por vão. Ao lado, superfície inferior apresentando logo de tocha olímpica em alto relevo e inscrição da marca inelegível. (Fonte: Arquivos da Terra).



Acima e abaixo: Metro 4 da Trincheira 2 P303, indicando a base da escavação em 65 cm de profundidade. Ao fundo, observam-se as instalações do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro – Lado Terra. (Fonte: Arquivos da Terra).





Metro 4 da Trincheira 2 P303, indicando a base da escavação em 65 cm de profundidade. Ao lado, detalhe do bolsão de matriz argilosa com abundância de carvão, onde foram encontrados ossos de animais e artefatos arqueológicos. (Fonte: Arquivos da Terra).



Exemplares encontrados entre 60-70 cm de profundidade: fragmentos de bule de faiança fina com decoração *TransferPrinting* lilás, motivo bucólico; fragmentos de vidro, de louça vidrada, de vasilha cerâmica, metal oxidado e conchas de ostra. (Fonte: Arquivos da Terra).



Visão geral da área entre as Pilastras 303 e 304, com destaque para a T1 P303 sendo escavada. (Fonte: Arquivos da Terra).

Visão geral da trincheira, com destaque no primeiro plano para os restos de materiais construtivos evidenciados: lajotas hidráulicas, tijolos, telhas francesas, argamassa de cimento, entre outros. (Fonte: Arquivos da Terra).



M1 da T1 P303, exposição dos restos de demolição evidenciados logo abaixo do asfalto: lajota hidráulica decorada. (Fonte: Arquivos da Terra).



M1 da T1 P303, desmontando o aterro de restos construtivos. (Fonte: Arquivos da Terra).



Nível final do pacote de aterro com restos construtivos, com destaque para a estrutura de alicerce de blocos de gnaissse sendo exposta. (Fonte: Arquivos da Terra).

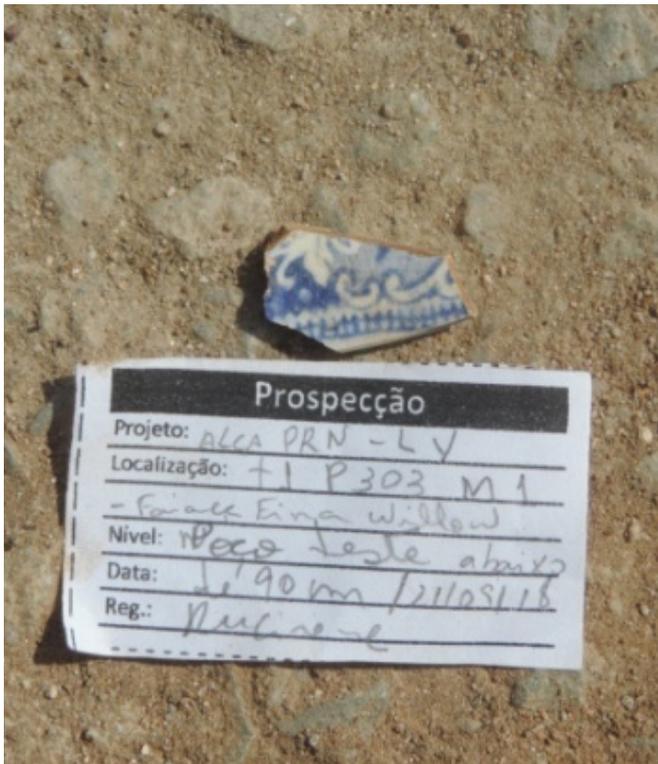


M1 da T1 P303, exemplares exumados entre 65-70 cm: fragmentos de vidro azul e verde de frascos, fragmentos de recipientes de faiança fina com decoração Transfer Printing e fragmento de louça de cerâmica com a face interna vidrada. (Fonte: Arquivos da Terra).



M1 da T1 P303, aferição da base de escavação em 75 cm de profundidade, observando-se a evolução dos bolsões de aterro. (Fonte: Arquivos da Terra).

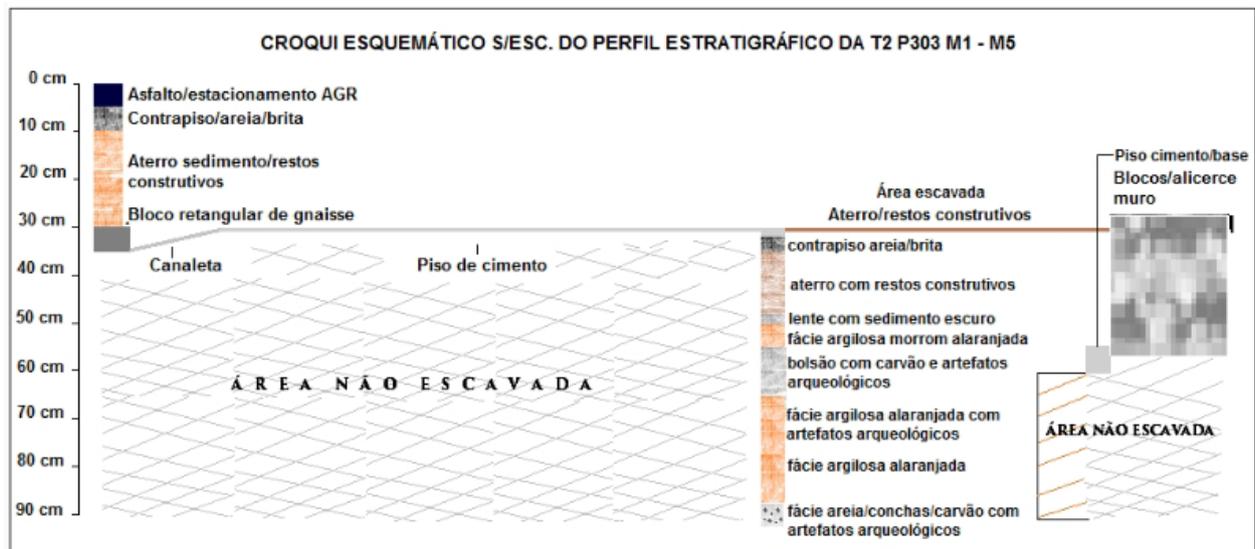




Fragmento de louça em faiança fina no padrão Willow Pattern encontrado em fácies de areia/concha em 90 cm de profundidade. (Fonte: Arquivos da Terra).



M1 da T1 P303, nível final da escavação em 85 cm de profundidade. (Fonte: Arquivos da Terra).



Croqui esquemático do perfil longitudinal da T2 P303 identificando as intervenções realizadas, estruturas, depósitos e outras feições.

OS MATERIAIS EXUMADOS

O acervo formado por louças, representado por 32 fragmentos em números absolutos e 22 após remontagem, correspondem à tigela em faiança fina *creamware*, com decoração em *Transferprinting* azul motivo bucólico na face interna; recipiente não identificado em faiança fina *Pearlware* com decoração *Transferprinting* lilás na face externa e prato de faiança fina com decoração *Transfer Printing*, decoração *Willow Pattern*.

A coleção representa também 4 pratos, sendo um fundo em *Ironstone* e três sem identificação, todos em faiança fina em *pearlware* e *whiteware*; uma travessa ou tigela *Ironstone China*, logo da marca inglesa J. & G. Meakin Ltd.; uma travessa/molheira (base, corpo e boca) de porcelana; um bule de faiança fina *creamware* com decoração *Transfer Printing* lilás, motivo romântico; uma xícara em porcelana; um frasco de cosmético/perfumaria em porcelana; e, quatro recipientes não identificados em faiança fina, dois com decoração *Transfer Printing* (marrom e azul), um borrão azul e dois sem decoração.

Em sua maioria, os exemplares são de faiança fina, caracterizada como uma louça branca, cuja pasta é permeável, opaca e porosa, exibindo textura granular com quebra irregular. Para se tornar impermeável ela recebe uma camada de esmalte. Sua produção data das primeiras décadas do século XIX, chegando até os dias atuais. É comum este tipo de louça ser decorada com pintura a mão, impressão por transferência ou ambas as técnicas combinadas, aplicadas sob ou sobre o esmalte ^[11]. A faiança fina tornou-se bastante popular durante o século XIX no Brasil, especialmente aquela importada da Inglaterra, após a abertura dos portos em 1808.

É dividida em subcategorias quanto no emprego do esmalte, o qual fornece a cronologia relativa de sua produção:

- *Creamware* (louça creme) referem-se às primeiras faianças finas produzidas na Inglaterra e França desde 1759 até 1815, caracterizando-se pela utilização de esmalte verde-amarelado, geralmente sem decoração e sem marca do fabricante.

- *Pearlware* (louça perolada) substitui a louça creme a partir de 1810, sendo de melhor qualidade. Fournier Garcia define o período entre 1790 a 1830 como o de maior consumo. Symanski estende este período para até 1850 ^[12] e Juliani salienta que a produção nacional

de faiança começou com esta variedade ^[13]. Caracteriza-se pela pasta amarelada e a utilização de um verniz com cobalto que deixa a superfície da louça com uma aparência azulada.

- *Whiteware* (louça branca) sua produção inicia-se por volta de 1820, sendo consumida até os dias atuais. Caracteriza-se como uma louça com esmalte extremamente branco.

A porcelana pode ser definida como uma louça branca, vitrificada e translúcida ^[13]. A alta temperatura, oscilando entre 1.300°C e 1.450°C, empregada para a sua queima, elimina o limite entre a pasta e o esmalte. ^[14]

O início de sua produção remete-se ao período de 618-906 d.C. durante a dinastia Tang. Para a obtenção da pasta da porcelana oriental emprega-se o caulim, o feldspato, o quartzo e a areia cristalina pulverizados e queimada. Anterior a queima, a peça recebe uma imersão em verniz composto por feldspato, cal e cinza. Majoritariamente, a porcelana oriental recebe decoração de pintura em azul cobalto sobre o verniz, entretanto, outras cores também foram empregadas.



Triagem, catalogação e análise dos materiais coletados. (Fonte: Arquivos da Terra).



T2 P303 M4 – restos de alimentação encontrado no bolsão - fragmentos de ossos de animais consumidos. (Fonte: Arquivos da Terra).



T2 P303 M4 – metais oxidados encontrados no bolsão. (Fonte: Arquivos da Terra).

A categoria *Ironstone* (porcelana opaca) tem sua produção entre 1.815 a 1.900, atingindo o apogeu de consumo na segunda metade do século XIX. Embora, tecnicamente seja considerada uma variedade de faiança fina, sua textura, apresenta-se em grau intermediário com as porcelanas. É comum o emprego de decorações como moldado em relevo, impresso por transferência, pintado, bandado e com douração.

Quanto à decoração, uma única técnica foi observada: a impressão por transferência (*Transferprinting*), cujo emprego foi comum no século XIX. Utiliza placas de cobre gravadas para aplicação na fase de ornamentação da peça. Majoritariamente, as peças produzidas durante o século XIX empregou este tipo de técnica, especialmente utilizando o azul sob o esmalte, cor esta bastante empregada na decoração de louças desse período. A impressão por transferência só foi possível devido ao avanço tecnológico da industrialização inglesa. Este processo, além de diminuir os custos do produto, permitiu a produção em série através do emprego de placas de impressão gravadas por desenhistas, que as dispunham no mercado a vários fabricantes.

Desta forma, a identificação dos fabricantes a partir de fragmentos de louça torna-se difícil, uma vez que as louças apresentam padrões decorativos iguais ou semelhantes.

Samford, visando à datação de faianças finas decoradas por esta técnica, elaborou uma sistematização de dados sobre a época de produção dos motivos decorativos, criando assim, tabelas cronológicas para esta categoria de louça.^[15] Sobre os motivos decorativos identificados na coleção figuram:

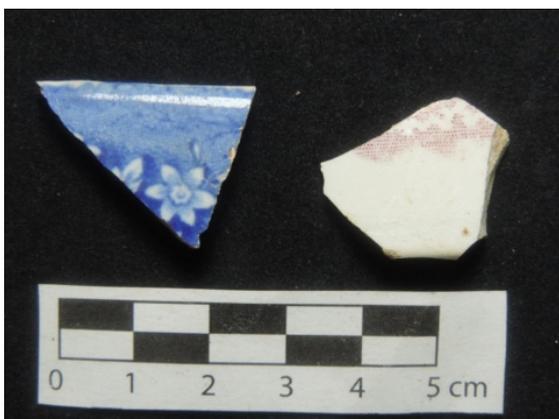
- Padrão decorativo *Willow Pattern*: refere-se ao período conhecido como *Chinoiserie*. Foi ampla a sua distribuição e, disseminação geográfica, tendo sido, inclusive, copiado por manufaturas brasileiras. No Brasil ficou conhecido popularmente como Pombinhos. Surgido na Europa entre 1.800 e 1.815, alcançou muita popularidade na Inglaterra. Foi produzido até 1880, por 54 manufaturas inglesas, com variações na pasta, esmalte e no tom do azul.^[16]

- Borrão Azul (*Flow Blue*) decoração onde se emprega um tipo de estampado em azul que deixa a tinta escorrer no esmalte, deixando um aspecto borrado. Introduzido na Inglaterra entre 1835 e 1845, persistiu até o início do século XX, sendo principalmente utilizada em louças para exportação.

Das louças identificadas, há uma maioria relativa ao consumo de alimentos (pratos, xícara) e para servir (travessa, molheira, bule) e um único de toucador (frasco de perfume).

Os exemplares de grês da coleção são em maioria de garrafa, ou não identificados. A louça de grês, denominada como *stoneware*, apresenta pasta mais opaca que a porcelana de pasta dura, sendo impermeável a líquidos e parcialmente vitrificada. A coloração pode variar de areia ao marrom avermelhado, tanto em função da quantidade de óxido de ferro presente na argila, quanto à temperatura empregada na queima da peça.

Este tipo de louças teve origem na China. Sua produção na Europa principia no século XV na Alemanha, porém a Inglaterra, França e Holanda foram os países que amplamente as fabricaram. Foi comercialmente bem aceita, principalmente por ser resistente e impermeável, sendo bastante empregada no transporte de líquidos. Durante o século XIX houve grande volume de exportações da grês acondicionando cerveja, genebra, água mineral e tinta nanquim, entre outros [16].



PAPRN LV – 1 – 7 - Fragmento de borda de tigela em faiança fina creamware e de parede *Pearlware*, com decoração em *Transfer Printing* azul e lilás. Proveniência T 1 P303 M1 N 7.



PAPRN LV – 1 – 9 - borda de prato de faiança fina com decoração *Transfer Printing*, decoração Willow Pattern. Proveniência T 1 P303 M1 N 9.



PAPRN LV – 2 – 7 - fragmento de base de prato *Ironstone China*, apresentando logo da marca inglesa J. & G. Meakin Ltd. Proveniência T2 P303 M4 N 7.



PAPRN LV – 2 – 7 - fragmentos de base de pratos em faiança fina *Pearlware* (A) e whiteware (B e C). Proveniência T2 P303 M4 N 7.



PAPRN LV – 2 – 7 - fragmentos de bule de faiança fina com decoração *Transfer Printing* lilás, motivo romântico. Proveniência T2 P303 M4 N 7.



PAPRN LV – 2 – 8 - fragmento de molheira (base, corpo e boca) de porcelana. Proveniência T2 P303 M4 N 8.



PAPRN LV – 2 – 8 - Fragmentos de louça em faiança fina. Proveniência T2 P303 M4 N 9.



PAPRN LV – 2 – 6 - Fragmento de garrafa de grês, provavelmente de Roterdan (50-60 cm). Proveniência T2 P303 M5 N 7.

O material de vidro do acervo é representado por fragmentos de garrafas - verde e verde oliva, de fabricação industrial; frascos - azul cobalto industrializado, hialino em molde duplo/lábio marisado com alicate, fabrico semiautomático e, outro na cor verde, industrial de fabrico automatizado; ampola e plafon (lustre) hialino; e fragmentos de vidros plano hialino de janela. Embora não constem marcas de identificação gravadas, afere-se fabrico automatizado industrial para a maioria, podendo ser de indústria nacional à partir da segunda década do século XX.

A coleção cerâmica é formada por grande número de exemplares de recipientes fabricados com a técnica de Torno. Uma parte expressiva apresenta a face interna vitrificada, enquanto outros apresentam alisamento e lustre em ambas as faces. Foram observados duas formas de vasos, uma panela, um filtro de água e outros não identificados. A louça vidrada aplica engobes claros e amarelados para imitar a faiança. Estas peças, conhecidas como “meia-faiança”, eram produzidas em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. No Brasil datam do início de século XIX^[4], muito embora o autor aponte para a sua produção desde a primeira metade do século XVIII na Bahia. De fabricação artesanal local, há um incremento de olarias a partir da segunda metade do século XIX e seu uso se populariza no final desse período, acompanhando a expansão da louça branca e o novo higienismo que marca o abandono da louça de barro porosa ou utensílios de outra matéria.

Entre as cerâmicas, somente três exemplares são de fabrico acordelado, sendo dois de vasilhas com superfícies negras lustradas e apresentando fuligem na face externa, indicando que era levada ao fogo. O outro exemplar não resultou em identificação, visto o tamanho reduzido do fragmento, mas tem superfícies e pasta marrom. Este tipo de utensílio foi extremamente comum no período colonial, oriundo da adoção de técnicas de manufatura indígena e forma/decoração de matriz europeia ou africana.

Figuram ainda na coleção analisada botões de porcelanato (*glass button*) e osso, bem como um conector de cobre anelado com número gravado, podendo tratar-se de uma peça de equipamento ou mesmo de armamento.

Fragmentos de estuque com reboco branco e tijolos tipo adobe maciço não foram considerados para salvaguarda, contudo, estes materiais extraídos dos últimos níveis escavados (80-90 cm) revelam uma ocupação anterior à mudança do Arsenal de Guerra.

Outros materiais coletados são ossos de animais, compreendendo restos alimentares (em grande quantidade exumada em uma das trincheiras); metais muito oxidados e pequenos fragmentos de telhas e tijolos.

A cronologia inferida pelos materiais analisados, especialmente considerando a louça, indica de modo amplo um período desde meados do século XIX pelo menos até a década de 1920-30.

Ao todo foram selecionados para compor o acervo arqueológico, enviados à instituição de guarda – Laboratório de Arqueologia Brasileira LAB – 81 peças, sendo 38 de recipientes cerâmicos; 31 louças em faiança fina e porcelana; quatro peças de grês; duas de vidro; quatro botões; uma peça de cobre (conector anelado); três fragmentos de telha (capa-canal e francesa) e um fragmento de azulejo de terra cota com a face superior vidrada e decorada com pintura.

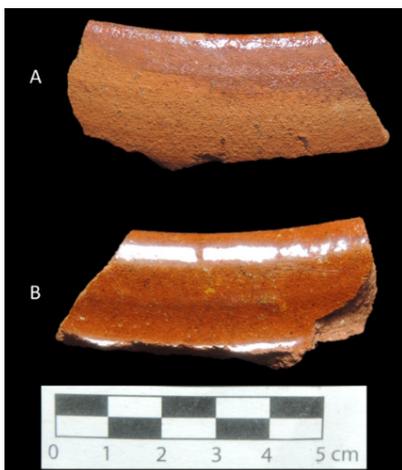
Além destes materiais, também foram coletadas duas telhas francesas, duas lajotas inteiras e seis tijolos, recolhidos das edificações demolidas da Vila São Lázaro e do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.



PAPRN LV – 2 – 7 - fragmento de frasco de vidro hialino, em molde duplo, industrializado, vedado à rolha ou tampa. Proveniência T2 P303 M4 N 7.



PAPRN LV – 2 – 8 - fragmento de ampola de vidro hialino de produção industrial. Proveniência T2 P303 M4 N 8.



PAPRN LV – 1 – 7 - Fragmento da borda de vasilha torneada de cerâmica, vidrada na face interna. Proveniência T 1 P303 M1 N 7.



PAPRN LV – 2 - 7 – fragmento de parede de recipiente cerâmico, apresentando a face interna vidrada e externa com friso (filtro de barro). Proveniência T 2 P303 M4 N 7.



PAPRN LV - 1 - 7 - Fragmento da borda de vasilha cerâmica torneada, com reforço externo na borda. Proveniência T1 P303 M1 N 7.



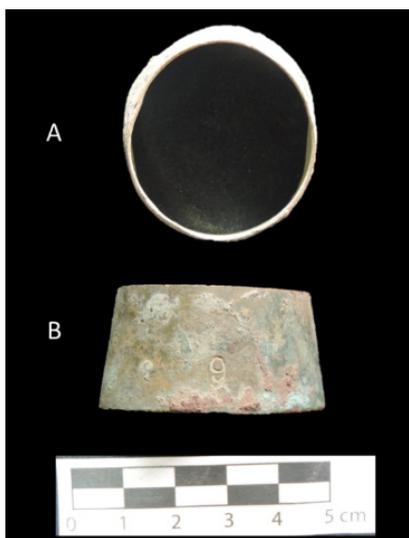
PAPRN LV - 2 - 8 - Fragmento da borda de vasilha cerâmica torneada, com o lábio reforçado. Proveniência T2 P303 M4 N 8.



PAPRN LV - 2 - 9 - Detalhe do fragmento de parede de vasilha cerâmica acordelada, face externa e interna. Proveniência T2 P303 M4 N 9.



PAPRN LV - 2 - 7 - botões de porcelanato e osso. Proveniência T2 P303 M4 N 7.



PAPRN LV - 2 - 7 - Conector de cobre anelado. Peça de equipamento ou armamento. Proveniência T2 P303 M4 N 7.



PAPRN LV - 2 - 8 - Botão de porcelanato 2 x 1 furos. Proveniência T2 P303 M4 N 8.



PAPRN LV – 2 - 8 - Fragmento de azulejo de terra cota com superfície vidrada e pintura. Proveniência T2 P303 M4 N 8.



PAPRN LV – 1 - 2 – Lajota decorada. Provável piso do edifício residência do diretor do Arsenal de Guerra. Demolido para remodelação, pós década de 1940.



Lajota de cerâmica com a face superior dividida em quatro quadrantes e a parte inferior com a inscrição “Produit Ceramique”, nome da indústria não identificado (BUU...) e no centro em alto relevo figura uma tocha olímpica, indústria francesa. Provável piso fabril do galpão recém-demolido da Fábrica de Tecidos São Lázaro, herdado pelo Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.



Tijolo maciço com símbolo da cruz de Malta e inscrição Rio de Janeiro.



Tijolo maciço com inscrição do fabricante – Companhia Cerâmica de Osasco.



Tijolo maciço com inscrição do fabricante - JS.



Fragmento de tijolo maciço com inscrição do fabricante Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.



Piso de lajota cerâmica revelado sob o piso e edificação demolidos no Arsenal de Guerra. Fonte: Arquivos da Terra.



Telhas francesas: Guichard Carvin & Cie Seon St Andre Marseille, com logo da abelha; e Ludolf et Ludolf, do Rio de Janeiro, com inscrição “Materiaes de Construção – Est. Jeronymo Mesquita – E.F. Central” e decorada em relevo com corações e linhas curvilíneas. Construção – Est. Jeronymo Mesquita – E.F. Central” e decorada em relevo com corações e linhas curvilíneas.



NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

[1]. TOCCHETTO, Fernanda & THIESEN, Beatriz. A memória fora de nós. A preservação do patrimônio arqueológico em áreas urbanas. In: LIMA, Tânia Andrade (Org.). Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. N° 33. Brasília: IPHAN, 2007.

[2]. MIGUEL, Rucirene. Diagnóstico do Patrimônio Cultural Arqueológico e Histórico da “Ligação da Ponte Rio-Niterói à Linha Vermelha”, município do Rio de Janeiro, RJ. Relatório Técnico-científico, 2013.

[3]. MIGUEL, Rucirene. Programa de Prospecção Arqueológica Intensiva e Educação Patrimonial - Ligação da Ponte Rio-Niterói à Linha Vermelha, município do Rio de Janeiro, RJ. Relatório Técnico-científico Final, 2020.

[4]. PELOGGIA, Alex. O homem e o ambiente geológico: geologia, sociedade e ocupação urbana no Município de São Paulo. São Paulo: Xamã, 1998:73-4.

[5]. RICCOMINI, C. O Rift Continental do Sudeste do Brasil. São Paulo, 256 p. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, 1989.

[6]. DUNLOP, Charles Julius. Rio Antigo. Rio de Janeiro: Gráfica Laemert, 1956.

[7]. MACHADO, Gisele C. de Almeida. Da Ilha de Sapucaia ao Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho: a criação de territórios do lixo da cidade do Rio de Janeiro como expressão de segregação espacial. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da PUC-Rio, 2012:57.

[8]. COELHO, V. Baía de Guanabara: uma história de agressão ambiental. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; 2007:111.

[9]. MACHADO, Gisele C. de Almeida. Da Ilha de Sapucaia ao Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho: a criação de territórios do lixo da cidade do Rio de Janeiro como expressão de segregação espacial. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da PUC-Rio, 2012:59.

[10]. Disponível em: http://novo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=87&infoid=37726&from_info_index=716, acessado em 30/11/2012.

[11]. WORTHY, Linda. Classification and interpretation of late nineteenth and early twenty-century ceramics. In: Dickens, Jr. & Roy, S. (orgs.) – Archaeology of urban América. The search for patterns and process. New York, Academic Press, p. 329-359, 1982; FOURNIER Garcia, Patrícia. Evidencias arqueologicas de la importacion de ceramica em México, com base em los materiales dek ex-convento de San Jeronimo. Mexico, Instituto Nacional de Antropologia e Historia, 1ª edição, (Coleccion Cientifica – Serie Arqueologia), 1990.

[12]. SYMANSKI, Luis. Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998.

[13]. JULIANI, Lúcia J. C. Oliveira. Material de Louça. (In) Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista. SP-070 - Rodovia Carvalho Pinto. CALDARELLI (Coord.). Imprensa por DERSA S.A. pp.115-171, 2003.

[14]. BRANCANTE, Eldino da Fonseca. Brasil e a Cerâmica Antiga. São Paulo: Lithografica Ypiranga, 1981.

[15]. SAMFORD, Patrícia M. Response to a market:dating english underglaze transfer-printed wares. Historical Archaeology, 31 (2):01-31, 1990.

[16]. LIMA, T. A.; FONSECA, M.P.R. da; SAMPAIO, A.C. de O.; MARTINS, A.H.D. Aplicação da formula South a sítios históricos do século XIX. Dédalo, São Paulo, 27:83-97,1989.

FIGURAS

[17]. IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Atlas da Evolução Urbana da cidade do Rio de Janeiro –Ensaio 1565-1965 (Eduardo Canabrava Barreiros). Rio de Janeiro. Ano do IV Centenário - MCMLXV.

[18]. NAVA, Pedro. Balão cativo: memórias 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

[19]. AMADOR, Elmo da Silva. Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: Homem e natureza. Rio de Janeiro: E.S.Amador, 1997.

[20]. MACHADO, Gisele C. de Almeida. Da Ilha de Sapucaia ao Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho: a criação de territórios do lixo da cidade do Rio de Janeiro como expressão de segregação espacial. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da PUC-Rio, 2012.

[21]. CCR PONTE. Perfil Geotécnico – Ligação da Ponte Rio-Niterói à Linha Vermelha, Rio de Janeiro, RJ, 2011.



GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MASTER
AMBIENTAL



Laboratório de Arqueologia Brasileira

